



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 2017 - ANO XXXVI, NÚMERO 6

TERRA NEGADA

**Moradores da Servidão dos Lageanos
aguardam decisão judicial para
ter acesso a direitos básicos**

Páginas 8 e 9

Presente de grego

Alunos de Letras da UFSC
temem precarização do trabalho
de bolsistas do PIBID Pág 6

Dificuldades

A rotina dos cobradores de ônibus
portadores de deficiências físicas
em Florianópolis Pág 10 e 11

Games independentes

Desenvolvedoras nacionais
apostam no mercado de games
em ascensão no país Pág 14 e 15

O último *Zero* do ano também é uma despedida da turma. A proposta de entregar um material completo em duas semanas provou ser um desafio além do esperado desde a primeira edição. Pensando no leitor, e nos prazos, a turma se dedicou para trazer conteúdo de qualidade sem megalomanias, impraticáveis pela questão temporal.

A reportagem escolhida para estampar a capa conta uma triste situação que às vezes imaginamos não estar tão próxima de nós. O conflito para regulamentação da terra é uma realidade na Servidão dos Lageanos, na Serrinha, aqui do lado da universidade. Julgamos importante contar a história dos moradores, os problemas com o serviço público e a luta contra a burocracia para poder ter acesso a serviços públicos básicos.

Fomos alertados pelos nossos vizinhos de prédio do curso de Letras sobre alterações no programa PIBID, e isso nos chamou atenção. A precarização da mão de obra não é uma realidade só para jornalistas, e cabe a nós denunciar esse tipo de ação.

Outro destaque é a reportagem sobre os cobradores de ônibus portadores de necessidades especiais. É uma profissão que pode acabar e isso aliado às dificuldades cotidianas dos deficientes físicos contratados, gera conteúdo interessante.

Encerramos o semestre cansados, mas satisfeitos com o trabalho e o aprendizado dentro dessa sala de porta azul. Esperamos que gostem do nosso trabalho. **Boa leitura!**

OMBUDSMAN



Vitor Hugo Brandalise é repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Formado em *Jornalismo pela UFSC (2007)*, é pós-graduado em *Comunicação pela Universidade de La Coruña (2012)*. É autor dos livros *O Último Abraço (Record)* e *O Teatro Municipal de São Paulo (Senac)*. É vencedor de oito prêmios de reportagem, entre eles o *Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos 2016*.

O que primeiro chama a atenção no *Zero* de novembro é a boa temperatura das reportagens. O assunto da capa não poderia ser outro – o suicídio do reitor da Luiz Carlos Cancellier –, e a equipe assumiu a tarefa de relatar o impacto de um acontecimento como esse no dia a dia da UFSC.

A morte da autoridade máxima do campus – resultado de uma operação policial frouxa que, até aqui, não produziu provas – era tão quente quanto possível para um jornal universitário, e o *Zero* acertou ao dedicar a ele mais da metade da edição. As demais reportagens têm o mérito de trazer informações novas sobre temas relevantes, mas não inéditos.

Ou seja, trouxe ao leitor do *Zero* um olhar original e afastou o efeito “cozidão”, sempre um risco em veículos mensais.

Há boa organização nas pautas que trataram do caso Cancellier: o relato da morte, as investigações de fraudes no ensino à distância, o vespeiro das fundações e – uma ótima entrada – o cancelamento de aulas não-presenciais como consequência direta da operação.

Problemas surgem, porém, logo na primeira reportagem sobre o tema, que relembra a decisão trágica de Cancellier. A estrutura do texto é confusa. Da prisão do reitor aos seus últimos dias; o retrospecto de sua trajetória; o velório e logo depois o impacto de sua morte em Brasília; e de volta o enterro. Por se tratar do texto que abre a cobertura, a melhor opção seria uma estrutura claramente cronológica, simples e factual. A omissão de dados básicos justamente aqui (como o dia em que o reitor se matou, 2 de outubro) também prejudica a chegada do leitor ao tema.

A matéria seguinte, sobre a investigação de desvios no EaD, está bem explicada, em tom sóbrio – um acerto do *Zero* nesta cobertura. A reportagem sobre os vícios nas fundações traz muito boa apuração e constatações importantes (como as irregularidades da contratação à demonstração de gastos), embasadas em muitos fatos. É uma reportagem forte. É preciso, porém, evitar o linguajar técnico que se adquire nos mergulhos mais profundos. Emergir de temas intrincados com palavras simples é um objetivo a ser perseguido.

A última e promissora reportagem sobre o caso Cancellier trata de um impacto real da Ouvidos Mucos no universo da

UFSC: os cursos de ensino à distância de 2017 foram adiados para 2018, deixando pendurados mais de 2 mil alunos. O texto é claro e traz informações quentes (como quando a Capes admite ao *Zero* não liberar verba enquanto a Justiça não se manifestar). Os bons personagens, com fotos, mostram outro ângulo da morte do reitor. Decepciona, porém, que a partir da metade do texto o adiamento das aulas tenha sido esquecido. Preferiu-se oferecer explicações enciclopédicas do que é o EaD. Uma observação crucial: é preciso revisão redobrada nos títulos. Ler que o EaD ficará “paralizado”, em vez de “paralisado” causa sofrimento real.

Os temas das outras matérias são bons e, ao trazer dados novos, ganharam ainda mais temperatura. A volta da comissão de verificação etnicorracial para cotas na UFSC (apesar do texto burocrático e, indesculpável, sem ouvir entidades de defesa de deficientes); o projeto do CFH para oferecer contraturno escolar a filhos de estudantes; a entrevista ping-pong (com um bem-vindo tom crítico, ainda que uma nota acima, resvalando no professoral); a boa discussão sobre a judicialização da saúde. Este *Zero* demonstrou empenho na apuração, para sorte do leitor.

A contracapa sobre os loucos por academia tem ousadia, mas erra no tom. Quando se decide abordar um assunto que não se aprecia (o que fica claro no texto), o esforço por tentar entendê-lo deve ser maior. O mesmo vale para a opção de ser ferino. Trata-se de uma questão de equilíbrio e justiça. Para exemplificar com o tema da reportagem, a ideia de tratar a maromba como religião é boa. Faltou querer ouvir melhor os fiéis.

CRÔNICA

Teoria da conspiração do óbvio

POR EDUARDA HILLEBRANDT

Pensei ter embarcado no ônibus da linha Corredor Contínente, mas algo não fazia sentido. Os passageiros eram todos senhoras e senhores brancos maiores de 60 anos. Na verdade, eu estava na linha do Balneário – um bairro na orla do Estreito que concentra cerca de 6 mil habitantes.

A cada andança pela região, fico mais convicta de que o Balneário é um experimento social, uma cidade-modelo incubada dentro de Florianópolis.

O poder público montou nesse bairro uma rede de serviços completa. Há posto de saúde, centro de assistência social, cartório, fórum e praça. As ruas são arborizadas e contornadas por calçada com piso tátil. As casas têm dois andares e jardins e os prédios têm piscinas. Além, claro, de uma linha própria de ônibus.

Talvez seja uma forma de incubadora para manter as pessoas circulando em determinada área. Os seniores que trafegam pelo bairro se perderam ali pensando ser outro país.

Pode ser conspiração. Se for, precisamos de outra teoria para explicar porque as ruas dos bairros vizinhos não são arborizadas também.

O Jardim Atlântico, que fica do outro lado da avenida, abriga o triplo de moradores e perdeu a linha própria de ônibus há dois anos. A pracinha de lá nunca tem a grama cortada. As comunidades do Monte Cristo tem que brigar por creche, escola, remédio, assistência social e esgoto sanitário.

Não que os balnearenses não mereçam. Mas soa como uma chacota pra quem passa pela fronteira do bairro dentro de um ônibus lotado às 19h da quinta-feira.

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📌 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 - 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015



Melhor Peça Gráfica
Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

EQUIPE

Amanda Farias,
Beatriz Clasen, Betina Ramos,
Diana Koch, Eduarda Hillebrandt,
Gabriel Volinger, Giovanna Olivo,
Jaime Araújo, João Bosco Cyrino,
Luan Poffo, Manuella Mariani,
Matheus Vieira, Oriana Hoeschl,
Tadeu Mattos e Vitor Sabbi

DIAGRAMAÇÃO

Eduarda Hillebrandt, Isabelle Reusing,
João Paulo Mallmann, Leila Haddad
Antunes e Oriana Hoeschl

EDIÇÃO

Eduarda Pereira, Felipe Buzzi,
João Paulo Mallmann e Matheus Vieira

CAPA

João Paulo Mallmann
Foto: Matheus Vieira

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Frederico S. M. de Carvalho
SC 01787 JP

MONITORIA

Amanda Casemiro e Rodrigo Rocha

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoorte

TIRAGEM

4 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Nacional

FECHAMENTO

5 de dezembro

Sobre a essência do homem do campo

José Hamilton Ribeiro fala de sua trajetória e sobre desafios para os jornalistas no Brasil

O jornalista José Hamilton Ribeiro é, para muitos, o repórter do século. Já escreveu mais de 15 livros e ganhou sete vezes o Prêmio Esso, a mais importante premiação do jornalismo brasileiro, sendo o maior vencedor. Além disso, na década de 1990, obteve Notório Saber em Jornalismo reconhecido pela Universidade Federal Santa Catarina, o que o equivaleu a um doutor, para poder assumir a vaga de professor no Departamento de Jornalismo que conseguiu em um concurso. Apesar disso, nunca chegou a trabalhar na UFSC.

Durante a Ditadura Militar no Brasil, trabalhou em pequenos jornais do interior paulista, fugindo da repressão. Em 1982, passou a fazer parte da equipe do programa Globo Rural e, desde então, dedica-se a produção de grandes reportagens de televisão. José Hamilton esteve em Florianópolis no mês de outubro para realizar palestra na XVI Semana de Jornalismo da UFSC e o *Zero* conversou com exclusividade com o jornalista, que falou sobre sua experiência na produção de grandes reportagens e os desafios de se fazer jornalismo de qualidade no Brasil.

Z: Você atrai diversos públicos no Globo Rural. A que atribui isso?

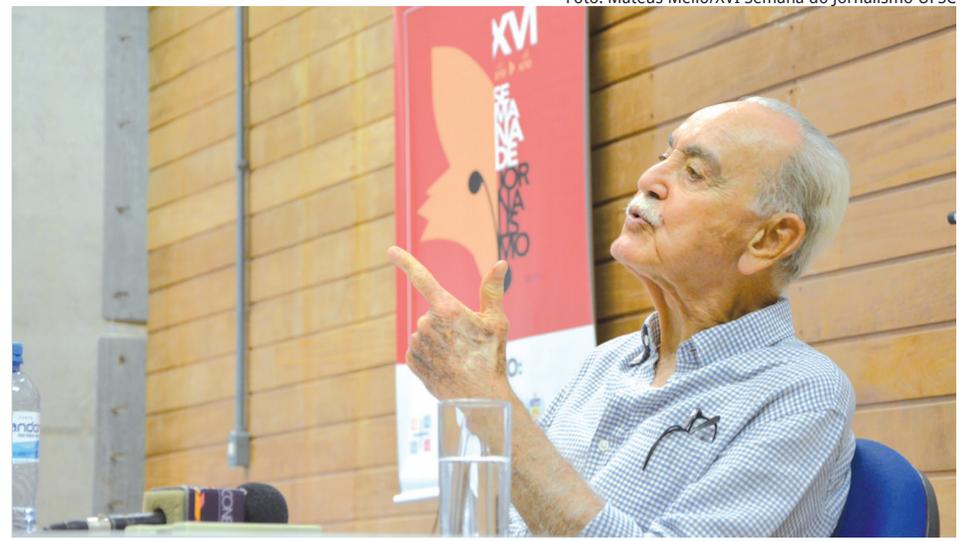
Zé Hamilton: O Globo Rural não é um programa agrotécnico, não é um programa para ensinar produzir, ele é um programa que cuida da alma do homem que mora no campo. E quem vai dizer que a alma do homem do campo é menor do que a alma do homem da cidade? Eu diria até que o homem do campo tem uma expansão espiritual, mental, vantajosa em relação ao homem urbano, porque ele tem que prestar atenção na natureza, então ele observa os pássaros, ele observa os bichos, ele observa a lua, ele vê a hora que o sol está nascendo, a hora que o sol está se pondo. Ele tem que prestar atenção, observar, porque ele depende dessa informação para plantar, para colher, para fazer o manejo da sua produção agrícola. E o Globo Rural tem a sorte de contar com uma equipe de direção e edição que é muito qualificada. Pode ser até por acaso, mas os dois principais homens da redação eram freis dominicanos, então eles têm uma cultura de latim, de grego, uma cultura histórica que é muito importante e que não são muito os jornalistas que têm uma cultura tão sólida. Isso importa muito porque evita, por exemplo, que o programa faça exageros, tipo assim: “tal coisa é a melhor do mundo”, “essa fazenda é a melhor do Brasil...” Olha, cuidado! Veja que o mundo não é só isso que você está vendo aí. Então, eu acho que o sucesso se explica por ter uma coordenação de conteúdo e de edição com muita sabedoria e espírito arguto de jornalistas, são grandes jornalistas. Eles fazem com que o Globo Rural, que é um programa forte na grande reportagem dentro da pauta do mundo rural... Mas eu volto a dizer, quem dirá que a pauta de um programa voltado para o homem do campo precisa ser inferior, do ponto de vista jornalístico, à pauta de um programa de reportagem da noite? Quem dirá que tem que ser inferior? Não é! Então, a ambição jornalística do programa é muito alta, isso que explica que ele tenha aceitação.

Z: O senhor tem mais de 60 anos de profissão. Como vê o jornalismo atual?

ZH: O Eduardo Coutinho era um grande documentarista brasileiro, e que era muito meu amigo desde a juventude... E uma vez eu fui na pré-estreia de um filme dele em São Paulo e quando terminou o filme, eu sabia que ele estava lá, eu fiquei esperando na porta ele sair para a gente conversar. A hora que ele saiu a gente se cumprimentou e ele tinha acabado de ganhar um prêmio naquela semana, eu falei para ele: “Eduardo, o que você acha rapaz, disso, de quando a gente era jovem você gostava de cinema e tudo, seu sonho era um dia fazer cinema, você achava que um dia seria um dos caras mais premiados do cinema, no mundo, na sua área?” Ele falou: “sabe o que é, Zé Hamilton, eu estou durando muito”. Aí ele me disse assim: “você também está fazendo essa pergunta mas eu vejo que de vez em quando você ganha prêmio”. Quer dizer, a gente tá ganhando prêmio porque nós estamos durando muito, nós estamos com muitos anos de profissão, então você tem chance de ganhar um prêmio ou outro, porque o jornalismo, diz o francês, é a melhor profissão do mundo para você sair dela em tempo, porque se você ficar até o fim periga você terminar melancolicamente e acontece com muitos jornalistas que eu conheço, porque é uma profissão muito competitiva, tem muita gente esperando lugar... E que exige resultado imediato, é uma profissão difícil, muito competitiva. Mas, então, Eduardo Coutinho dizia isso, que essa facilidade que ele obteve como cineasta e que eu tenho, de certa maneira, para fazer as reportagens se deve ao fato de a gente estar, no meu caso, tive sorte de sempre trabalhar com jornalistas melhores que eu... E Coutinho porque era um gênio, então ele fica fora dessa coisa porque ele era especial mesmo.

Z: Atualmente, é mais fácil ou difícil produzir jornalismo de qualidade?

ZH: Está mais difícil, está quase impossível. Eu só trabalhei no jornalismo,



José Hamilton Ribeiro palestrou sobre grandes reportagens para estudantes da UFSC

na maior parte do tempo, com grande reportagem, com reportagem que demanda pesquisa, demanda tempo, demanda tempo de preparo, tempo para escrever. Já existiram revistas que publicavam grandes reportagens, como a Realidade, hoje existe a Piauí que publica grande reportagem, mas os jornais também publicavam constantemente grandes reportagens no meio da semana e, principalmente, domingo. Tá rareando! Não porque falta bom repórter, mas porque a empresa não está tendo estrutura para bancar um jornalista durante um mês, dois meses, às vezes três meses, para preparar um assunto. O borderô das redações diminuiu, as empresas, inclusive a Globo, faz muita economia internamente, muito esquema de rigor e contas e tudo, porque o modelo de sustentação da empresa jornalística foi detonado pela internet e as empresas buscam agora uma maneira de sobreviver a essa crise que é a maior de todas.

“TIVE SORTE DE SEMPRE TRABALHAR COM JORNALISTAS MELHORES QUE EU.”

Zé Hamilton Ribeiro, jornalista

Z: O senhor acredita que a comunicação pública tem espaço no Brasil?

ZH: Tem que fazer o seu espaço. Os governos anteriores fizeram a EBC, a Empresa Brasil de Comunicação. Transformaram aquilo em um cabide de emprego de políticos, é um cabide de emprego para o pessoal afinado com aqueles governos. Teria sido uma grande oportunidade para o Brasil fazer uma televisão de alto nível de jornalismo, de documentário, seria o momento. Essa empresa nasceu com orçamento de grande empresa. Para você ter uma ideia, a TV Cultura de São Paulo que sobrevive e até aparece às vezes com alguma coisa, tinha na época um orçamento de 80 milhões por ano. A EBC nasceu com 300 milhões, é dinheiro, rapaz! Sumiu esse dinheiro e a empresa não virou nada. Mas, o Brasil, à medida em que se torna um grande país, um país viável, vai ter que ter uma empresa de comunicação pública de alto nível, como os ingleses têm.

Z: O senhor inspira jornalistas Brasil afora. Em quem o senhor se inspira?

ZH: Os grandes jornalistas brasileiros eu sigo muito, desde tempos anteriores, tempo de Rubem Braga, de grandes repórteres que já se passaram. Mas no horizonte atual da televisão, você tem o Ernesto Paglia, a Sônia Bridi, o Francisco José, o Canellas, o William Waack, o Roberto Cabrini, sem falar dos americanos e da BBC. Mas enfim, para você ser um bom profissional, você tem que olhar um profissional que deu certo e ver como é que ele faz.

Z: Quando foi aprovado no concurso o senhor cogitou trabalhar na UFSC?

ZH: Era meu sonho vir morar em Floripa. Mas aí o problema que surgiu foi o seguinte: eu tinha duas filhas adolescentes, elas estavam, nessa fase de turminha, de amizades... E eu coloquei para elas o problema e elas passaram para a mãe. A mãe pendeu para o lado delas para não vir. Então, decidiram que eu viesse sozinho. Pois eu falei: ah, não vou para Florianópolis sozinho, não. Então, tive que desistir porque seria um rompimento familiar. Mas foi só por isso, porque se a família tivesse topado a gente estava aí até hoje gozando a vida e o mar aqui.

Z: O que o senhor ainda não fez e gostaria de fazer na profissão?

ZH: Eu tenho sempre uma lista de 10 pautas para fazer. Quando eu faço uma, eu tiro aquela e ponho outra. Já estou mantendo isso há algum tempo. Espero fazer essas 10 pautas que faltam. Uma delas que eu sonhei por tanto tempo é o que significa a florada do capinzal, o que significa do ponto de vista da natureza, da produção de café, do folclore, da música e também da beleza. Às vezes, são temas assim simples, mas que às vezes dão certo como reportagem.

Z: Os temas surgem e o senhor anota? Como é a criação de pautas?

ZH: O repórter, para fazer reportagens, tem que viajar. Aí você sai com uma pauta em uma região que você não conhece, chega lá e vê outras coisas, fica conhecendo outras coisas. Então, você vai fazer uma pauta e volta com três ideias. Uma pauta vai levando a outra. ☺

Vitor Sabbi

sabbivitor@gmail.com

Brasil é o segundo país com mais mórmons

Igreja afirma que são 1,3 milhão de fiéis, mas IBGE indica que o número é cinco vezes menor

Giovanna Olivo/Zero

Com mais de 180 anos de existência, a estimativa é de que a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD), possui 16 milhões de membros espalhados por 170 países. Segundo dados da própria igreja, o Brasil é o segundo país com o maior número de fiéis no mundo, com mais de 1,3 milhão, posição disputada com o México. Atualmente, os líderes desse ranking são os EUA, com 4 milhões de adeptos. O cálculo é realizado por meio de um cadastro feito pelas capelas sempre que novos membros são batizados.

Mas esse número é um assunto controverso no Brasil. Os dados divulgados pelo IBGE e pela SUD são divergentes: o Censo de 2000 contabilizou 199.645 brasileiros seguidores da religião, enquanto a SUD tinha registros de 775.822 fiéis. Em 2010, a estimativa apresentada pelo Censo foi de 226.506, porém, a igreja acredita que o número é quase cinco vezes maior. Os dados podem ser controversos, mas a realidade é que a quantidade de fiéis vem crescendo. Só em Florianópolis, existem 16 capelas que reúnem de 11 a 12 mil seguidores, quando somados com a cidade de São José. Além das capelas, existem os templos, espaços que têm entrada restrita aos membros e onde são realizados rituais sagrados. Existem 200 templos no mundo, seis estão localizados no Brasil, nas cidades São Paulo, Recife, Porto Alegre, Campinas, Curitiba e Manaus.

As principais razões para o aumento estão nas pessoas que fazem parte da igreja, que compartilham a sua fé com conhecidos, e também no trabalho de busca por novos fiéis realizado pelos missionários. A maioria dos missionários são jovens que se dedicam à pregação do evangelho em tempo integral durante as chamadas missões. Além disso, eles são voluntários em creches e hospitais, auxiliando as comunidades visitadas. As mulheres, ao completarem 19 anos, são convidadas para servir em uma missão de um ano e meio, e os homens, aos 18, para servir durante dois anos. Durante esse período “eles não dançam, não brincam, não nadam, não tiram férias”, conta Adelson Parrella, um dos líderes da igreja em Florianópolis. Depois disso voltam para suas igrejas e continuam servindo em tempo parcial. Enquanto estão em missão, os jovens são mantidos pelas famílias e, caso ela não tenha condições financeiras para isso, pela comunidade da capela.



A capela da Trindade está entre as 16 espalhadas por Florianópolis, responsáveis por receber 12 mil fiéis

Missões e missionários

Geralmente as missões não são realizadas no país de origem do missionário, portanto eles recebem uma preparação antes de iniciar o trabalho. Quando chegam ou saem do Brasil, são encaminhados para o Centro de Treinamento Missionário (CTM), na cidade de São Paulo. Lá assistem a aulas de inglês, português ou espanhol, dependendo do idioma natal e de onde irão servir. Quem determina o local para onde o missionário será enviado é um líder da igreja, que recebe a designação por meio de uma revelação divina – sinal interpretado como uma resposta de Deus a uma oração. Missionários que têm o português como língua nativa precisam cursar três semanas do idioma e quatro semanas de espanhol; para aqueles cujo idioma natal é o espanhol ou o inglês, são ofertadas seis semanas de aulas de português. As missões têm como objetivo principal agregar fiéis, por isso a importância do conhecimento do idioma e de alguns costumes da população.

As mulheres que estão em missão são chamadas de *sisters* e os homens de *élderes*. Como são

representantes da igreja, eles devem se vestir de acordo com algumas normas. Homens usam camisas brancas de mangas curtas, gravata e calça social. As mulheres usam vestidos ou saias abaixo dos joelhos. Além disso, carregam plaquetas de identificação com o nome da igreja e seus sobrenomes. Segundo Parrella, a forma como eles se vestem serve para mostrar o respeito e a importância que os missionários dão ao evangelho e ao dono da mensagem, que é Jesus Cristo. “Não seria interessante o embaixador de Cristo se apresentar às pessoas de shorts e camiseta, as pessoas olhariam e julgariam a mensagem pela aparência dos *élderes* ou *sisters*. E a mensagem é muito maior do que eles”, explica o líder.

A *sister* (Klondy) Wolke, da Guatemala, vai finalizar sua missão no Brasil em janeiro de 2018. Ela conta que foi batizada na SUD aos 10 anos de idade, mas que ficou parte da adolescência afastada, pelo fato de sua família estar inserida na igreja católica. Ao ser questionada sobre o motivo que a fez voltar, Wolke diz que não se sentia à vontade em outras igrejas e que “a promessa de ter a família pela eter-

A igreja surge nos EUA para restaurar o evangelho

Uma igreja que nasceu da necessidade restaurar o evangelho. É assim que a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (SUD) se denomina. A história relatada por líderes e membros da igreja conta que Joseph Smith, o fundador da religião dos mórmons, tinha apenas 14 anos quando fez seu primeiro contato com Deus em busca de respostas que guiassem suas crenças. O cenário era o estado de Nova York, no ano de 1820, num contexto em que várias igrejas cristãs estavam surgindo. Smith se sentia confuso em relação às diversas vertentes de seguidores de Jesus Cristo.

Foi então que recebeu uma revelação. Sua missão seria restaurar o Cristianismo e preparar os fiéis para a volta de Jesus Cristo. Segundo os escritos de Joseph Smith, ele recebeu visitas de seres celestiais, que lhe de-

ram instruções. “Da mesma forma que Deus fizera com Adão, Noé, Abraão, Moisés e outros profetas, Ele chamou Joseph Smith para ser um profeta por meio de quem o evangelho completo foi restaurado”, é desse modo que o material de divulgação dos princípios da SUD explica a escolha de Smith para ser líder e fundador da Igreja.

Por meio das instruções recebidas de anjos, Joseph teria encontrado placas de ouro com escrituras de apóstolos. As placas foram traduzidas e transformadas em livros, sendo o Livro de Mórmon o mais importante. Ele não é um substituto da Bíblia. Os fiéis acreditam que esse livro contém escrituras de apóstolos que viveram nas Américas no mesmo período em que Jesus viveu em Jerusalém. Portanto, seria outro testamento válido e que segue “a

plenitude do evangelho eterno”.

Além de seguir os dez mandamentos da Bíblia, os fiéis seguem cinco fundamentos: fé, arrependimento, batismo, dom do Espírito Santo e perseverança. Há uma crença de que alguém só pode ser batizado ao alcançar a fé plena e se arrepender dos seus pecados. Para ter certeza de quando um seguidor deve ser batizado todos os membros da igreja fazem orações para que a pessoa receba uma confirmação divina e saiba que está pronta para o batismo. Ao ser batizado, o fiel recebe o dom do Espírito Santo, que é como uma companhia constante que oferece proteção divina e livra dos perigos. O último dos fundamentos é a perseverança, fundamental para que ensinamentos da religião continuem sendo seguidos até o fim da vida do fiel.

nidade” é algo que somente os mórmons podem oferecer. Ao falar sobre a missão de servir, a *sister* diz que considera algo muito sagrado e que ela o faz porque acredita em um Pai celestial que a ama.

Antes de entrarem em missão, os jovens têm contato com grupos de estudo onde as pessoas são separadas de acordo com a idade e o sexo. Para as crianças, existe a Escola Dominical; meninos a partir dos 12 anos participam do Sacerdócio; meninas dos 12 aos 18 anos participam do grupo das Moças; as mulheres com mais de 18 fazem parte da Sociedade do Socorro; e os homens do Instituto. Todos esses grupos são destinados ao ensino das escrituras, doutrinas e história dos mórmons.

Princípio da autossuficiência

Um dos princípios mais importantes e difundidos da religião é a autossuficiência. Nos materiais de apresentação da SUD, Thomas Monson, que é o presidente e um dos profetas modernos da igreja, diz que “a autossuficiência é o fruto do trabalho e a base de todas as outras práticas de bem-estar”. O profeta sustenta ainda que os fiéis devem trabalhar para obter as coisas de que necessitam e que a salvação não pode ser obtida com base em nenhum outro princípio.

Como forma de promover a autossuficiência entre os membros da igreja, são adotadas medidas de incentivo, como a formação de grupos que ensinam sobre finanças, estudos, produção e armazenamento de alimentos, saúde, emprego e vigor espiritual — esses grupos são chamados Centros de Autossuficiência (CA). Os mórmons defendem que todos devem ser responsáveis por sua autossuficiência, tanto financeira quanto em outros aspectos, mas se alguém não conseguir se manter sozinho, a família é quem será responsável por suprir as necessidades dessa pessoa. Caso a família também não tenha condições para isso, é a comunidade da igreja que vai oferecer o suporte. Parrella destaca esse princípio como um diferencial da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em relação às outras: “nós não nos chamamos de ‘irmão’ só como um vocativo, nos consideramos irmãos uns dos outros”.

O Fundo Perpétuo de Educação (FPE) é uma das principais medidas de incentivo na busca pela autossuficiência. O fundo é responsável por financiar até 35 mil reais dos estudos dos membros que o solicitarem e o pagamento pode ser realizado depois que a pessoa estiver formada. O programa funciona como um financiamento estudantil da igreja dos mórmons. Existe também o *Pathway*, uma plataforma online de ensino que oferece aulas pela internet com um encontro semanal às quintas-feiras. O curso dura um ano, é feito todo em inglês e tem como objetivo preparar os alunos para ingressar na graduação, pós-graduação ou curso técnico, no exterior.

Mas para usufruir de todos esses benefícios, os membros devem seguir fielmente todos os princípios da igreja, que incluem os dez mandamentos da Bíblia e outras normas que os profetas vivos afirmam receber de Deus, por meio de revelações. Thomas S. Monson, juntamente com outros 12 apóstolos, lidera e define os direcionamentos da religião no mundo por meio das visões que recebe de Deus. A SUD segue o modelo de liderança bíblico, crendo que é importante ter um profeta e doze apóstolos vivos porque são eles quem vão revelar as necessidades atuais dos seus seguidores. Os profetas são responsáveis por antever os problemas e orientar a igreja para planejar possíveis prevenções e agir de forma correta. “Deus falou com seus filhos antigamente porque os amava, mas continua sendo esse Deus que chama profetas e revela as escrituras. Acreditamos em tudo o que Deus ainda vai revelar”, explica Adelson Parrella.

Para quem não é adepto desta fé, muitos princípios não ficam claros e geram questionamentos. Um exemplo destes princípios é Palavra de Sabe-

doria — espécie de código de saúde do fiel —, onde constam normas sobre substâncias que podem ou não ser ingeridas pelos mórmons e sobre o período de jejum. O café e o chá preto, por exemplo, são proibidos. Bebidas alcoólicas e tabaco usado como fumo, também. O consumo moderado de carne, frutas e verduras na estação certa também são instruções da Palavra de Sabedoria.

“FICARIA DIFÍCIL O ESPÍRITO SANTO TOCAR NOSSO CORPO, CORAÇÃO E MENTE SE ESTIVÉSSEMOS ALCOOLIZADOS”

Adelson Parrella, líder religioso

Adelson explica que essas normas foram estabelecidas em 1833, por meio de uma revelação, que dizia que essa é a melhor forma de cuidar do corpo e da saúde. O corpo humano é considerado um



A *sister* Wolke, da Guatemala, é da SUD desde os 10 anos e está no Brasil para completar sua missão em 2018

“templo do espírito”, então cuidar da saúde é uma maneira de garantir que o “templo” fique limpo e aberto à influência do Espírito Santo. “Ficaria difícil o Espírito Santo tocar nosso corpo, coração e mente se estivéssemos alcoolizados, por exemplo”, explica. Além de manter essa dieta, uma vez por mês os membros da igreja jejuam. Eles se absterem de duas refeições diárias, que também fazem parte das regras da Palavra de Sabedoria. Diante disso, as pessoas usam o alimento ou o dinheiro que seria usado para comprá-lo e fazem uma doação destinada à pessoas carentes de assistência social.

Práticas religiosas

A cobrança do dízimo e o batismo após a morte são comuns na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. O dízimo cobrado equivale a 10% do salário mensal de cada membro, esse dinheiro vai para um fundo que financia a construção de capelas e escolas onde os princípios da Igreja são ensinados. Parrella diz que a verba também é destinada a ajudar membros que necessitam, eventualmente, de auxílio financeiro. O líder reconhece que a SUD requer muito das pessoas — tempo, dinheiro, jejum —, e completa: “elas estão buscando algo mais elevado, querem se enxergar como filhos de Deus, por isso procuram essa igreja”.

Juliana Fonseca e José de Oliveira foram membros da SUD durante dois anos. O casal contribuía com o dízimo regularmente. Eles dizem que o não pagamento da oferta não implica na expulsão dos membros, mas pode privá-los de algumas atividades como ir ao templo, por exemplo. Juliana conta que havia um fechamento do dízimo no fim do ano. “O bispo chama você e sua família pra ver se você pagou todos os meses, se você não pagou, precisa pagar. É como uma mensalidade”, ela explica. Já Parrella argumenta que “não há cobrança alguma, mas um membro fiel contribui com o dízimo como uma demonstração do amor por Deus e pelo próximo. Afinal, o bolso é o órgão mais sensível do corpo humano”.

Eles confessam que não concordavam com muitas das regras e sentiam uma falsa ideia de liberdade. Para Oliveira, todas as religiões querem impor limites para que os fiéis não vejam outros caminhos a não ser o da própria igreja. “Como não nascemos nessa religião, viemos com muita informação de outras crenças e isso causava conflitos de conceitos que nos deixavam perdidos”, lamenta.

O batismo após a morte é considerado como um convite para as pessoas que já morreram e não fizeram um convênio com os mórmons durante a

Giovanna Olivo/Zero

vida. Portanto, qualquer pessoa pode ser batizada após a morte, mesmo que nunca tenha tido contato com a religião.

Para Emile Freitas, 28, um dos diferenciais da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias é o fato de os membros serem ensinados a buscar suas respostas diretamente em Deus, por meio da oração: “não é só seguir costumes, regras ou um líder, mas a gente aprende princípios e é convidado a estudá-los, a orar a respeito, a receber uma confirmação pessoal de que aquilo é realmente verdadeiro”, defende. Ela é membra da Igreja há 14 anos, mas antes disso era católica por influência da mãe. Freitas conta que se esforça para seguir os ensinamentos da Igreja, pois acredita que são verdadeiros e trazem benefícios para a vida dela. “Seria no mínimo burrice não continuar seguindo”, enfatiza. Para ela, o conhecimento religioso, assim como qualquer outro, vem aos poucos: “Não tenho certeza de tudo, até porque a cada dia a gente tem perguntas novas, mas sei que se eu orar eu vou encontrar as respostas”, destaca. ☺

Giovanna Olivo

giovanna.olivo3@gmail.com

Jaine Araújo

araujojaine@gmail.com



No último dia 23, aconteceu dentro do campus uma assembleia que debateu os rumos do programa depois das mudanças anunciadas pelo Ministério da Educação

Novas diretrizes do PIBID trazem insegurança

Em assembleia, alunos de licenciatura discutiam problemas da nova “residência pedagógica”

Estudantes das licenciaturas da UFSC estão mobilizados contra a Política Nacional de Formação de Professores, uma série de mudanças relacionadas à docência e à educação básica brasileira. Dentro da política, uma das propostas é a criação de uma “residência pedagógica”, que faria o papel de modernização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Em reunião que ocorreu final do mês de novembro, diversos estudantes enfatizaram a importância do programa para suas graduações, discutiram outras iniciativas que poderiam ser enfraquecidas com a nova política e se organizaram para ações em defesa do programa.

Uma das coordenadoras do movimento é Caroline Schirmer Götz, atuante no PIBID pela licenciatura de Letras-português. Ela afirma que o programa beneficia tanto o aprendizado dos alunos quanto a escola em que eles atuam. “A escola ganha muito com o PIBID, tendo em vista que ele preenche inclusive lacunas sociais dela. Cada bolsista percebe a demanda da instituição, parte do problema dela pra poder fazer o seu projeto, a sua intervenção. Não é uma sobreposição da universidade a escola, a gente está indo para ouvir a escola, ver as demandas e tentar preencher essas lacunas” ela afirma.

Campanhas pedindo pela continuidade do PIBID ocorrem atualmente em todo o Brasil. Na UFSC, a Câmara de Graduação apoiou a campanha “Fica PIBID”. Na moção de apoio, os conselheiros afirmam que “o Programa tem estimulado a iniciação à Docência de estudantes de licenciatura desde etapas iniciais do curso, bem como, um envolvimento mais intenso de professores de cursos de licenciatura com questões relativas à docência”.

Outra movimentação a favor do PIBID acontece na Internet, através de um abaixo assinado virtual. A campanha conta com mais de 15 mil assinaturas (até o momento), de acordo com o site Avaaz, serviço que hospeda a campanha. Os organizadores da campanha alegam que a interrupção do PIBID pode causar grandes prejuízos para a formação de professores. Segundo o texto da petição “isso irá fragilizar a parceria de anos com cerca de 5 mil escolas públicas e trará a retirada de aproximadamente 60 mil bolsas nas Instituições de Ensino Superior”.

Impactos

Criado em 2010, o PIBID tem como um dos seus principais objetivos o incentivo a formação de docentes em nível superior para a educação básica. Na UFSC, o programa conta hoje com 289 bolsis-



O Prof. Dr. Hamilton de Godoy Wielewicky, coordenador do PIBID na UFSC, também é contra mudanças no projeto

tas de diversas áreas que se dividem em escolas públicas de Florianópolis para aplicar projetos e entender a educação na prática.

O PIBID é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que a partir de 2007 passou a atuar na formação de professores da educação básica. No total, o programa é responsável por 71.675 bolsas. Em 2017, o MEC reservou R\$45,3 milhões para o programa, e os bolsistas são escolhidos por mérito acadêmico, podendo entrar no programa em qualquer momento da graduação. Os graduandos cumprem horas em escolas públicas do ensino básico, implantando projetos e auxiliando professores bolsistas nas instituições.

A secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, afirmou em entrevista para a Revista Nova Escola que a diferença essencial do novo projeto é que ele é destinado “para alunos da graduação que estão no terceiro ou no quarto ano”.

Para o Prof. Dr. Hamilton de Godoy Wielewicky, coordenador institucional do PIBID na UFSC, a medida do MEC acarretaria uma possível precarização no trabalho docente e na formação dos novos professores: “nessa proposta, desaparecem como protagonistas os professores universitários que acompanham os alunos do PIBID e os supervisores de dentro da escola, professores bolsistas que possibilitam uma forma de trabalho mais orgânica”.

A secretária executiva também afirma que a modernização daria preferência para escolas emergentes que não atingem os índices médios da

“OS PROFESSORES
PRECISAM APRENDER A SE
MOVIMENTAR EM LOCAIS
COMPLEXOS, E DISSO
NINGUÉM DISCORDA.”

Hamilton de Godoy Wielewicky,
coordenador do PIBID na UFSC

educação brasileira. Professores da área discordam da mudança, afirmando que a prioridade do projeto deveria ser a formação dos futuros professores. Sobre isso, Wielewicky afirma: “Os professores precisam aprender a se movimentar em locais complexos e disso ninguém discorda, mas é importante compreender esses contextos e estar neles, além de encontrar condições para atuar neles. Você não pode atirar um aluno de terceiro ou quarto ano sem acompanhamento, sem supervisão, num contexto que é altamente desafiador e que na primeira dificuldade ele não tenha sequer uma pessoa para atendê-lo.”

Betina Ramos

betinamramos@gmail.com

Gabriel Volinger

gabrielvolinger15@gmail.com

Evento expõe uma UFSC contra violência

Palestras, varais culturais e minicursos marcaram nove dias de discussões sobre gênero

Fotos: Matheus Vieira/Zero

Para conscientizar a comunidade universitária sobre as ferramentas que UFSC dispõe para auxiliar mulheres vítimas de violência, foi lançado no último dia 24 de novembro o evento “A UFSC diz NÃO à violência contra a mulher”. Organizado pela Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), o evento durou nove dias e investiu em palestras, varais culturais e minicursos que saem do lugar comum. Este é o caso do minicurso “Masculinidade e violências”, que tratou dos vários tipos de masculinidade, violência e como lidar com cada uma delas.

As datas de início e fim não foram escolhidas ao acaso. O dia 24 de novembro refere ao Dia Internacional da Não-violência Contra a Mulher. Enquanto o fechamento, 6 de dezembro, está relacionado à Campanha do Laço Branco, que busca reunir homens pelo fim da violência contra a mulher.

O evento se ramificou por todos os campi com a exibição do filme “Precisamos falar sobre assédio”, produção paulista dirigida por Paula Sacchetta. Os debates foram focados nas violências sofridas dentro de ambientes universitários e tiveram como base estudos que pesquisaram especificamente essa temática. “É importante deixar claro que a UFSC não está se eximindo da sua responsabilidade com essas minorias”, disse a coordenadora do CDGEN, Olga Garcia, prestes a falar sobre um importante lançamento que foi inaugurado na cerimônia de abertura do evento.

A organização também trouxe à UFSC a densa exposição ‘Rotas Alteradas’. Nela, a artista Janete Machado exhibe relatos anônimos de mulheres que sofreram agressões sexuais, verbais e físicas.



Cartazes e panfletos promovendo o evento foram espalhados por todos os cinco campi da universidade

Junto aos textos, bonecos torturados por cordas justas e foto-retratos desconfigurados por buracos e dilacerações no rosto ajudam a externalizar os horrores da violência de gênero e a desumanização das vítimas. A exibição, que já passou pelo Centro Integrado de Cultura, foi instalada na reitoria da UFSC em 29 de novembro e lá permanecerá até o dia 15 de dezembro, o primeiro dia do vestibular.

Como funciona

É para lidar com casos de violência de gênero e os de LGBTfobia que o CDGEN (Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência

de Gênero) foi criado, há cerca de um ano e meio, pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD). O projeto do ex-reitor Luiz Carlos Cancellier busca criar políticas de acolhimento a esses grupos na universidade através de campanhas, palestras, projetos de capacitação dos servidores e atividades de conscientização para os alunos.

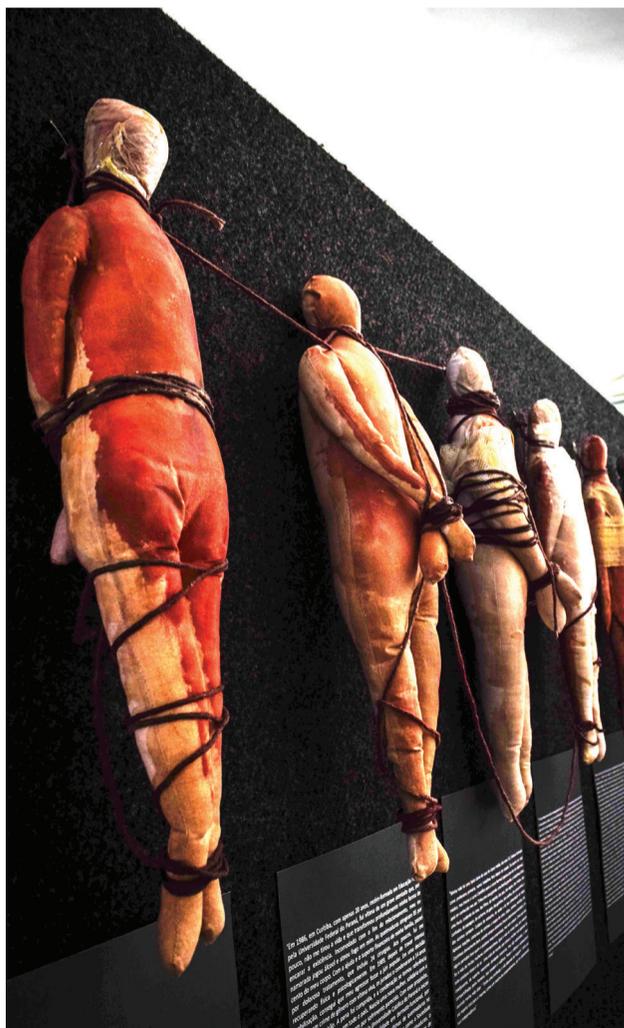
Formado por militantes mulheres, gays, lésbicas, negros e um homem trans, o time busca exercer a diversidade desde a sua formação. Junto ao psicólogo Aurivar Fernandes Filho, prestam atendimento gratuito à comunidade acadêmica. “Estou há três semanas aqui na terapia. Eu nunca tinha feito e o psicólogo disse que já estou bem melhor”, contou Lucero sobre o espaço de acolhimento às vítimas de assédio na universidade. “O atendimento psicológico deve ocorrer também, em breve, nos outros campus da UFSC por meio de parcerias com o serviço psicológico educacional de cada campi”, contou Olga Garcia, coordenadora do CDGEN.

O “CDGEN Cuida” é um projeto que pretende centralizar as denúncias de agressões a minorias e prestar apoio psicológico gratuito às vítimas. Localizado no térreo da Reitoria 1 de Florianópolis, o espaço se propõe a ser um centro de apoio à comunidade (inclusive de outros campi) e o tempo médio de espera por uma consulta é de uma semana. Dessa forma, espera-se que as mulheres (e LGTBs) possam falar sem que se sintam coagidos.

Além de haver um longo caminho pelo fim da violência na universidade, Olga conta ter um outro grande desafio na liderança do projeto: o financeiro. “Nós contamos com a ajuda da Agecom (Agência de Comunicação da UFSC) para a criação de flyers e cartazes e também, recentemente, do artista Luciano Martins, que doou uma arte para uma de nossas ações”, contou Olga. O artista residente de Florianópolis cedeu a imagem em apoio à campanha “Cuida”. ☺

Luan Poffo

luanpoffodeoliveira@gmail.com



Exposição “Rotas Alterada”, de Janete Machado Sena, fica exposta no hall da Reitoria até dia 15 de dezembro

Oito anos de luta por direito à moradia

Mais de 85 famílias da Servidão dos Lageanos continuam sem titularidade de terra

Em 2009, a UFSC abriu uma ação de reintegração de posse de um terreno de 14 mil m² na Serrinha, onde moram cerca de 100 famílias, das quais apenas 87 estão registradas pela prefeitura. O terreno em questão fica entre a rua Marcus Aurélio Homem e a caixa d'água da Casan que abastece a região, entrecortado pela Servidão dos Lageanos. Na esquina, um marco de cimento coberto por mato delimita as divisas, que foram ultrapassadas ainda na década de 70. Além de afastado do campus da Trindade, o terreno possui declive e fica em área de preservação ambiental. Por isso, nunca houve planos para esse trecho, que foi adquirido como anexo da Moradia Estudantil.

O processo iniciou na gestão de Álvaro Prata (2008-2012), quando a reitoria achou que seria uma boa ideia contestar a terra na Justiça Federal. O pedido de reintegração partiu do pró-reitor de Infraestrutura, João Batista Furtuoso. Aposentado, ele ainda acredita que fez o que precisava ser feito para proteger o patrimônio da universidade. “Nunca estive na região, não conheço o pessoal”, disse. O pedido da Pró-Reitoria de Infraestrutura, hoje uma secretaria vinculada à Pró-Reitoria de Administração, passou pelo chefe de gabinete José Carlos Petrus, que não o leu e afirma que “apenas dava encaminhamento aos processos.”

O pedido de reintegração foi entregue à 3ª Vara Federal de Santa Catarina em agosto de 2009 e assinado pelo procurador-federal que atuava na UFSC na época, Milton Luiz Gazaniga de Oliveira. O documento cita que as ocupações irregulares oferecem risco à comunidade universitária, e que concentram tráfico de drogas — fatos não comprovados. Procurado, Milton se negou a comentar o caso e explicou que apenas deu sequência aos pedidos da universidade.

Os moradores se sentiram ofendidos pelas acusações nos autos. “Falaram coisas muito ruins sobre a gente lá”, conta a moradora Ilda de Matos, 62 anos. Ilda chegou em Florianópolis em 1980. Lageana, trouxe da cidade natal uma sacola de roupas para tentar a vida na capital. Casou-se, teve a primeira filha e conseguiu uma vaga na limpeza do Hospital Universitário da UFSC (HU). Foram quatro anos pagando aluguel no bairro Saco dos Limões. Para dar conta de todas as despesas, resolveu economizar no ônibus e levava mais de uma hora caminhando até a universidade. Vencida pelo cansaço, resolveu construir casa própria na Serrinha, em uma área desocupada na qual outros cinco lageanos estavam se instalando.

“Essa época não foi fácil. Às vezes não tinha o que comer em casa, não via minha filha.” Do HU, foi transferida para o departamento de Física, onde trabalhou por 23 anos na limpeza, recepção e portaria. Conta que sofria violência doméstica do marido alcoólatra. “Nunca fui de levar os problema pro trabalho. Já tive dia que fui com o beijo arrebatado e olho roxo, ainda assim cumprimentava todo mundo.” Nem todo mundo diz bom dia. Ilda lembra de professores que passavam reto por ela no corredor.

Levantou a casa em dois finais de semana. Notificado, um segurança do campus subiu a Serrinha de moto para avisar que o terreno era da UFSC. Deu de cara com Ilda. “Quando ele viu que era eu, que era funcionária da universidade, disse para fingir que ele nunca esteve aqui. E eu continuei construindo.”

Logo chegaram Lucelma, Zenite, Norberto, Santos e outras oitenta famílias. Cada uma construindo sua



Ilda de Matos espera pela doação da UFSC para reformar sua casa, que preserva a mesma estrutura desde 1985

meia-água para fugir do aluguel que consome o salário.

Até 2004, quando a Casan fez o encanamento, parte do esgoto da rua vertia na beira da porta de Ilda. A casa de madeira preserva a construção original de 1985. Não fosse a constante ameaça de reintegração de posse, usaria o crédito da aposentadoria para reformar a estrutura com tijolo e cimento.

A casa de Maria Lucelma de Lima, 57 anos, fica em frente ao terreno de Ilda. As duas iniciaram a construção no mesmo final de semana. Lucelma trocou a estrutura de madeira por alvenaria em 2000, mas o reboco e a pintura ainda estão pendentes. “Se tu não fazes reboco, começa infiltrar água e mofar a casa, não dá pra deixar assim.”

Quando Lucelma soube que havia construído em terra da universidade, a esperança do usucapião se esvaiu — a propriedade por usucapião não serve para terrenos públicos. O primeiro passo foi garantir que a comunidade estava, ao menos, segura. Tudo apontava para uma convivência pacífica. Em documentos de 1988, a Prefeitura Universitária e a Procuradoria Federal junto à UFSC autorizam alterações na cerca divisória e deslocamento de postes, o que abriria espaço para a passagem de carros. Depois de um mutirão da vizinhança para construção do calçamento, e com o material fornecido pela prefeitura, o atalho entre as casas virou servidão — a Servidão dos Lageano, como os moradores chamam.

Estado incapaz

As intervenções da Casan e da Celesc na infraestrutura da região se deram ao longo da década de 90, através da articulação da associação de moradores formada em 1987. A última alteração foi o encanamento em 2004, que não supre mais a demanda da área. Por ser terra da União, a Servidão foi excluída do zoneamento da Prefeitura para gerenciar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do complexo do Morro da Cruz.

“Por isso que a gente não entende esse processo, sabe? Não pegamos terreno de famílias, a universidade não usava aqui para nada. Primeiro deixam a gente se instalar, e depois querem nos tirar?”, questiona Lucelma. Natural de Joaçaba, Lucelma não nasceu em berço de ouro. Para ajudar a família, trabalhou desde os sete anos de idade como babá. Aos 16, conseguiu o primeiro emprego de carteira assinada em um frigorífico.

Chegou ainda jovem em Florianópolis, onde trabalhou como empregada doméstica e, depois, zeladora. Hoje está aposentada e com quatro filhos encaminhados na vida.

Ao se tornar líder comunitária, aprendeu a não depender de pessoas de fora da comunidade para trazer melhorias e a expor as demandas de formas claras. Para ela, os projetos não podem chegar sem a participação dos moradores. “Deixa nós participar, porque quando eu digo o que eu quero, eu participo, e quando participo, eu pertencço. A gente tem que pertencer. Não adianta tu ter e não pertencer.”

Num crescimento orgânico do assentamento, a Servidão dos Lageanos hoje vai muito além da fachada colorida de alvenaria. Há novas construções declive abaixo, adentrando a faixa de terreno antes do muro que cerca a caixa d'água da Casan. Nesta área, o esgoto ainda corre a céu aberto, formando uma espécie de riacho no qual galinhas e cachorros passeiam. Quando chove, o fluxo d'água alaga os fundos do terreno, envolvendo as palafitas das casas mais recentes e encharcando o solo.

Josiele Chaves da Silva é uma das moradoras desse trecho. A construção original de sua casa foi consumida por um incêndio em outubro de 2012. O fogo começou com um curto-circuito no chuveiro, e as labaredas tomaram a casa vizinha enquanto os Bombeiros procuravam uma forma de alcançar a área. Com a ajuda dos vizinhos, as mangueiras foram estendidas entre os quintais e escadarias. Josiane terminou a reconstrução e se mudou em 2016. O vizinho, Jorge, ainda está finalizando as obras.

Diálogo truncado

Parte dos moradores das construções recentes trabalham como funcionários de empresas terceirizadas na UFSC — ao menos dez pessoas, pelas contas da vizinhança. Um deles é Norberto Nunes, que trabalha pelo Grupo Provac na zeladoria do HU. No dia anterior ao da audiência, estava incerto de que iria conseguir a dispensa para ir à Justiça Federal. “Olha, seu Norberto, é bom que todo mundo vá, porque se você ouve diretamente deles, depois não tem diz-me-disse.” Lucelma o interpelou na manhã de terça-feira, 23 de novembro. No dia seguinte, entre crianças, idosos e adultos, cerca de 50 moradores participaram da audiência.

Esperava-se uma decisão final. Lucelma, que tomou a dianteira do processo, mal dormiu na noite

anterior. Na verdade, enquanto os moradores forem réus da ação, o sono dificilmente será pleno. No entanto, tanto o gabinete de Roselane Neckel (2012-2016) quanto de Luis Carlos Cancellier (2016-2017) sinalizou pela doação do terreno aos moradores.

A equipe de Neckel soube do processo pelo noticiário. “UFSC move reintegração de posse contra moradores da Serrinha.” Às 6h da manhã de 11 setembro de 2012, uma quarta-feira, a Servidão foi tomada por cerca de trinta policiais federais e dez oficiais de justiça, acompanhados da imprensa local. Foram entregues 87 mandados de citação — um documento que informa o prazo para que o réu do processo de reintegração de posse se defenda no tribunal.

Três policiais e um dos oficiais bateram no portão de Santos Vargas. Ele acordou com aos gritos de “polícia!”, calçou os chinelos e correu para a porta. “O que foi, tem bandido se escondendo aqui?”, perguntou, assustado. Os netos de 3 e 6 anos choravam ao fundo, questionando se teriam que se mudar realmente. “Vamos ter que ir pro pombal da ngela?” diziam, em referência às moradias populares do bairro Chico Mendes, na parte continental de Florianópolis, construídas na prefeitura de ngela Amin.

Quando recebeu o mandado, sentiu um amargo de arrependimento. Há 20 anos, vendeu uma casa escriturada em Palma Sola — município do oeste catarinense com sete mil habitantes — para comprar uma casa na Serrinha. Na época, foram 12 mil reais. A casa para a qual se mudou com a família era precária. Botou tudo abaixo e aos poucos ergueu um sobrado de dois pisos. Seu dia tinha três turnos: era zelador em um condomínio na Avenida Rio Branco durante o dia, fazia bicos como pintor depois do expediente e, de noite, reformava a casa.

Assim como Vargas, outros moradores tinham despendido sua poupança na compra dos terrenos em litígio. A Defensoria Pública assumiu a defesa de alguns moradores, e outros procuraram advogados particulares. Para conter a reintegração, era preciso entrar com recurso para cada uma das 87 famílias intimadas. Por isso, a defesa passou a atuar em conjunto.

Outra forma de conter o processo seria marcar uma reunião com a advogada-geral da União que atuava na defesa da universidade, Fernanda Carmo- na. Não houve negociação. “Façam a defesa, e depois conversamos. Inclusive, seu prazo já está correndo”, teria dito aos advogados da comunidade Alexandre da Rosa e Gabriel Luiz Barini.

O chefe de gabinete de Neckel, Carlos Vieira, sentiu a mesma resistência na negociação ao tentar dialogar com a AGU. Ele conta que Carmona queria levar o processo até a reintegração. A procuradora não retornou o contato da reportagem para comentar situação.

Com a negativa da AGU, o processo foi para a primeira audiência ao final de 2013. A Reitoria solicitou a suspensão do processo para descobrir mecanismos para doar aquela terra. No entanto, apenas o Conselho Universitário (CUn) poderia aprovar a doação enquanto instância deliberativa da UFSC. Carlos Vieira iniciou a mobilização para colocar o assunto na pauta. Era preciso mobilizar a Prefeitura para fazer a regularização fundiária e convencer os representantes do CUn.

O parecerista da votação foi o professor Paulo Pinheiro Machado, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), que estuda questões fundiárias e estava inclinado à doação. O parecer foi positivo. A votação entrou em pauta no CUn apenas em abril de 2016. O esquema de doação foi ajustado de tal forma que a Prefeitura recebesse o terreno para regularizar, arcando com a contrapartida em forma de serviços públicos.

Houve dois entraves para votar a pauta na sessão ordinária de 26 de abril de 2016. O primeiro foi antecipar a questão da Serrinha entre oito pautas, para não correr o risco de um segundo adiamento. O segundo, foi liberar a entrada dos moradores. Carlos Locatelli, representante do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) no conselho, deu um puxão de

orelha nos colegas. “Quando a gente fala de dificuldade em estreitar laços com a comunidade, é esse desse tipo de postura que estamos falando.”

Entraram pela porta da frente, com direito de palavra ao advogado Alexandre da Rosa. Os conselheiros passam a sondar o parecer de Paulo Pinheiro. Não estavam convencidos de que a doação era a melhor opção e sugeriram uma contrapartida financeira da Prefeitura. A bancada de Neckel explicou que a doação geraria um custo para a Prefeitura, que teria que investir na infraestrutura da região e organizar a papelada da titularidade. Vencida a questão da contrapartida financeira, passaram a discutir outros pedidos. Os planos eram altos. Queriam um projeto de urbanização que incluísse a extensão de serviços públicos para a área.

Gregório Varvákis foi um dos últimos conselheiros a falar. “Não gosto da coisa dada por dada. Precisamos avaliar melhor as contrapartidas. Hoje, eu votaria não.” E emendou um pedido de vistas ao processo, o que é considerado uma ofensa no CUn e atrasaria em meses a doação do terreno. Temia que os moradores deixassem os terrenos após a doação, e queria garantir a proibição da venda dos terrenos por 30 anos, através de um mecanismo chamado gravame.

Paulo Pinheiro explica que tentou ter cautela nas exigências. “A experiência é de que quando a gente aperta demais a titulação da terra, a gente força uma situação de ilegalidade da população. Muitas vezes a legislação extremamente detalhada acaba mais prejudicando do que protegendo a população da especulação imobiliária. Não há lei urbana que dê conta disso.” Seu parecer era baseado na legislação do programa Minha Casa, Minha Vida — fundamento de regularização fundiária urbana em casos similares. Essa lei prevê um gravame de dez anos.

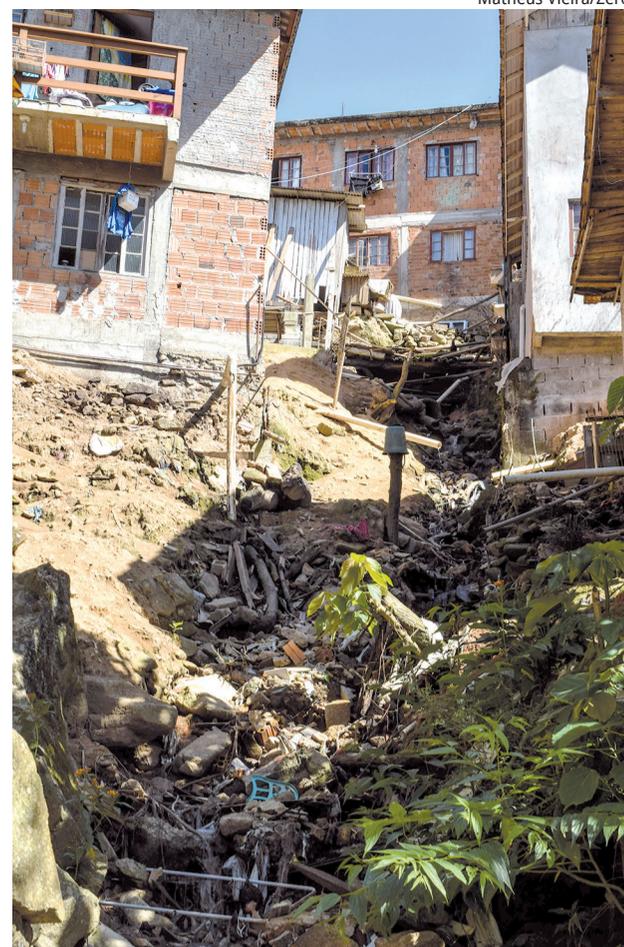
Este ano, a Lei nº 13.465 regulamentou a regularização fundiária urbana em todo o país. Com a mudança, a Prefeitura deixa de ser solidária no processo e passa a ser executora obrigatória da escrituração dos terrenos. Esta legislação garante também que uma casa construída sobre uma laje tenha titularidade própria, o chamado direito de laje. A Servidão dos Lageanos será um laboratório de aplicação das novas regras.

Lucelma voltou abatida daquela tarde, e passou a noite matutando sobre o que fazer. No dia seguinte, ligou para todos os contatos que tinha na universidade para tentar encontrar Varvákis. Não conseguiu. Ao final do dia, recebeu uma ligação de Carlos Vieira. Era uma notícia boa: Vieira avisou que conseguiu convencer o conselheiro. Ele assinaria o parecer junto de Paulo Pinheiro. Na semana seguinte, a doação foi aprovada pelo CUn.

O próximo passo seria a aprovação do Conselho dos Curadores (CC), que responde pelo patrimônio. Para essa esfera, era preciso um novo mapeamento da região e um parecer técnico do setor patrimonial da UFSC. A papelada parou na mesa do engenheiro agrimensor Ricardo dos Passos, chefe da Coordenadoria de Regularização Fundiária e Predial da UFSC, que fica na Reitoria II. E por lá ficou. A coordenadoria tem uma equipe defasada desde sua criação, em 2014.

Na manhã da última audiência, Ricardo Passos interrompeu as férias para ir até a Reitoria avaliar o caso. O mapeamento estava concluído, mas o parecer técnico ficaria para depois das férias. Durante a tarde, o engenheiro e Áureo Mafra foram para a 3ª Vara Federal de Florianópolis explicar porque a doação ainda não foi aprovada nas instâncias da universidade. Não foi nenhuma surpresa para a comunidade, embora tenha sido uma baixa.

A novidade da audiência de quarta-feira foi o projeto arquitetônico da Prefeitura de Florianópolis. Parte da equipe da Secretaria de Infraestrutura dedicou os últimos meses ao projeto, que ganhou modelagem em três dimensões na qual passeia um desenho de Lucelma. Encanamento, calçamento e escadas entre as casas, postes auxiliares para eliminar os gatos na energia elétrica. Os moradores gostaram. Lucelma também gostou, sempre quis a Servidão linda como a Beira Mar Norte e o projeto era o mais próximo disso. Sentiram falta apenas dos



Prefeitura aguarda doação para resolver esgoto aberto

serviços públicos que seriam instalados na região.

O superintendente de Habitação do município, Lucas Arruda, atribuiu o projeto mais modesto às limitações financeiras. “Assumimos esse projeto com a condição de que fosse pé no chão. A universidade tem uma capacidade muito alta de sonhar, mas infelizmente não podemos resolver todos os problemas.” O custo previsto para as obras é de R\$ 849,4 mil, somando verba da Prefeitura, Casan e Celesc. Como a região ficou de fora do PAC, não se sabe de onde virão os recursos.

A população da Serrinha precisa descer aos bairros vizinhos para ter acesso a quase todos os serviços. As crianças completam o ensino fundamental na Trindade, os atendimentos são concentrados no posto de saúde da Trindade, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) recebe os moradores na Trindade. Para o superintendente, são obras desnecessárias e descartadas do projeto.

Outro ponto-chave da questão são as moradias que chegaram após o processo. A lista de réus foi retirada de um cadastro feito na comunidade em 2012, as 87 famílias. “Não podemos regularizar casas de fora do processo, porque senão amanhã terão outras pessoas se mudando para a área”, fala Lucas. Para a Defensoria Pública, todos que estão residindo na área devem receber a titularidade da casa.

No próximo ano, o processo completa dez anos. O marco de cimento da UFSC continua plantado na esquina da Servidão. Quando a reintegração acontecer, Lucelma quer colocar uma placa no marco contando a história da luta pela Servidão. Neste dia, quando houver placa, encanamento e escritura, a vizinhança deve dormir tranquila.

Eduarda Hillebrandt

dudahillebrandt@gmail.com

Matheus Vieira

Matheusrvieira@gmail.com

Leia o QR Code para conferir o conteúdo online da reportagem nas redes sociais do Zero.



Transporte público é destaque em inclusão

Como o Sistema Integrado de Mobilidade implementou a lei de cotas para deficiência no trabalho

Ser deficiente físico é encontrar todos os dias um novo desafio. Um dos maiores problemas é a inclusão no mercado de trabalho, dificuldade enfrentada diariamente por muitas pessoas. Diversas empresas ainda não oferecem vagas para o portador de deficiência, no entanto, perde a oportunidade de ter um ambiente de trabalho heterogêneo, com aprendizado e visões diferentes.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência toda restrição física, intelectual ou sensorial, seja ela permanente ou temporária, que possa limitar a capacidade do indivíduo de exercer atividades essenciais do cotidiano, inclusive atividades remuneradas, dificultando sua inclusão social é considerada deficiência, podendo ser física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla.

O direito ao trabalho é garantido aos deficientes físicos desde 1991, através da Lei Federal nº 8.231. No artigo 93, estão garantidas as cotas de ingresso no mercado de trabalho, e, desde então, a empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

Em Florianópolis, a empresa que responsável por administrar todo o transporte público da capital, o Consórcio Fênix, trabalha com o sistema de cotas onde 6% de suas vagas são preenchidas por servidores com deficiência. Apesar da presença do Consórcio Fênix, cabe a cada empresa o cadastro dos funcionários, especificando a política de contratação e as necessidades de cada servidor. Dessa maneira, a empresa Canasvieiras atualmente emprega 38 funcionários com algum tipo de deficiência. A empresa Transol tem 60 cobradores que se enquadram nessa categoria, já as empresas Emflotur e Estrela, também filiadas ao Consórcio Fênix, não responderam até o fechamento desta edição. Cabe à Prefeitura a fiscalização do cumprimento da lei segundo o Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana do município Renato César de Oliveira, todas as empresas cumprem as cotas e a supervisão dos fiscais é constante. De acordo com o Secretário Adjunto de Transporte e Mobilidade Urbana, Eduardo Sardá da Silva, a ouvidoria da prefeitura nunca recebeu reclamações neste setor.

Foi através da lei que Richard Martendal, de 34 anos, se beneficiou com a implementação das cotas, contratado na empresa desde 2012. Em 2002, aos 18 anos, sofreu um acidente de moto, que acarretou em



Valério Leopoldo Pinheiro diz que sua deficiência não afeta sua função de cobrador e de auxiliar os passageiros

monoparesia, uma perda parcial das funções motoras de um só membro (posterior ou inferior), na perna esquerda, o que faz com que ele ande mancando. Apesar da dificuldade, Richard não usa muletas e sua deficiência só fica aparente quando anda.

Antes de ser contratado como cobrador, trabalhou como garçom em restaurantes. Conta que nessa função, sentia muita dor depois de certo tempo caminhando e que a função de cobrador é mais tranquila, considerando que, durante a maior parte do expediente, o trabalho seja feita sentado. Richard afirma que não tem dificuldades de se locomover dentro do ônibus para ajudar as pessoas e afirma que, até hoje, não sentiu ou não ouviu nenhum preconceito no trabalho e completa dizendo que “se tiver preconceito, está na cabeça das pessoas”.

Na empresa desde 2004, Valério Leopoldo Pinheiro também é cotista. Mesmo com 4 dedos amputados da mão esquerda, afirma que a deficiência não afeta sua função de cobrador ou o impede de auxiliar os passageiros dentro do veículo. No caso de Valério, por sua deficiência não apresentar nenhuma forma de redução de mobilidade e locomoção, não possui a necessidade de adaptação do veículo da mesma maneira que seus colegas.

Outro cobrador, Alessandro José Vitorino, de 39 anos, garantiu sua vaga de cobrador na empresa Transol em 2008, já ingressando através das cotas, mas não foi em sua primeira tentativa que conseguiu o emprego. Ele conta que 4 anos antes de ser contratado, mesma época em que Valério começou a trabalhar na empresa, já havia se candidatado a uma vaga para a mesma função. Porém acredita que, na época, foi rejeitado por sua condição física. “Quando estava desempregado, fui procurar emprego na Transol, que estava precisando de cobra-

dor, mas não me deram a vaga e então, fui trabalhar em outro lugar. Acredito que [na Transol] não me contrataram pela minha deficiência, pois eu sabia que tinha vagas para cobradores”, explica Alessandro. Conta que, quando ficou desempregado novamente, voltou a empresa sem expectativas. Estava “pronto para receber um não” quando buscou a vaga para cobrador, disputada com outras 10 pessoas. Em seguida foi contratado através do programa de cotas. Alessandro teve paralisia infantil aos 2 anos de idade que causou uma má formação em sua perna direita, tornando necessário o uso de muletas para locomoção.

Devido a falta de adaptação dos ônibus para receber o trabalhador deficiente, Alessandro precisa utilizar as portas traseiras do veículo para chegar até o assento do cobrador. No Terminal do Centro (Ticen), faz duas linhas: UDESC e UFSC Semidireto, que estão, por muitas vezes, lotadas por transportar milhares de universitários por dia. Alessandro relata que uma das maiores dificuldades enfrentadas por ele é entrar no ônibus lotado. “Acho falta de consideração, ninguém me dá espaço e ainda olham de cara feia”, conta.

Outra grande dificuldade é auxiliar outros deficientes físicos a subir no ônibus, entre eles os cadeirantes. O controle do elevador fica próximo à porta de entrada e não ao lado do cobrador, sendo assim, o cobrador precisa sair do seu assento para atender o passageiro, mas em um ônibus lotado a locomoção é difícil. “Os ônibus muitas vezes não são adaptados para os deficientes, principalmente para os empregados, isso influencia na qualidade do meu trabalho, às vezes me impede de dar 100% da minha capacidade no emprego”, completa Alessandro.

Ainda de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, são necessárias adaptações, modificações e ajustes necessários para que a pessoa deficiente possa exercer sua liberdade e a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas para o deficiente pode ser considerada discriminação. Apesar da implementação de diversas políticas de acessibilidade, a cidade de Florianópolis ainda está longe de ser chamada de uma cidade inclusiva. ☺

Beatriz Clasen

clasen.beatriz@gmail.com

Manuella Mariani

manumariani@gmail.com



Alessandro José Vitorino trabalha há nove anos como cobrador em Florianópolis

Os donos da frota

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, em setembro de 2013, lançou o edital de licitação do transporte coletivo por ônibus do município, determinando a operação do sistema por um único concessionário. As empresas que oferecem o serviço de transporte coletivo na cidade, Canasvieiras, Emflotur, Estrela, Insular e Transol, decidiram apresentar uma proposta conjunta, na modalidade de consórcio. A proposta foi homologada pela Prefeitura como vencedora do certame, sendo assim constituído o Consórcio Fênix. Porém, as empresas ainda são responsáveis pela contratação de seus funcionários. Atualmente, a empresa opera 200 linhas no município atendendo 5,4 milhões de passageiros por mês.



Alexssandro Natividade foi o primeiro cobrador com deficiência a ser contratado pela empresa Transol, em 1998

Rotina de cobradores e adaptações

Alexssandro Natividade tem 43 anos e é morador do Morro do Céu. Desde criança aprendeu a lidar com as dificuldades e as limitações da sua deficiência. Nasceu prematuro, aos 7 meses, e em seu parto foi necessário o uso do fórceps, um gancho utilizado para auxiliar a retirada de um feto, geralmente usado quando o bebê é muito grande ou em casos de parto de risco. O uso do aparelho deixou sequelas em Alexssandro, que perdeu o equilíbrio para se movimentar. Passou parte da infância de hospital em hospital, em busca de uma qualidade de vida melhor. Passou por cirurgias nos olhos para corrigir o estrabismo e aos 14 anos fez uma cirurgia ortopédica na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), em São Paulo.

“Depois que eu fiz a cirurgia em São Paulo, aprendi a dar valor pra minha deficiência, pois vi casos bem mais graves. Na verdade eu não me vejo uma pessoa com deficiência física, eu me vejo uma pessoa com certas limitações.”, diz.

Alexssandro foi o primeiro cobrador deficiente a trabalhar na empresa Transol, contratado em

1998. Desde então, precisa de ônibus adaptados para trabalhar. Conta que, há 20 anos, era inconveniente chegar até o assento de cobrador. Atualmente, não vê dificuldades desde que o carro esteja adaptado de acordo com suas limitações. “Quem é portador de deficiência luta pra não sair do emprego, pois sabe que é difícil encontrar outro. Então eu demonstro pro usuário que sou uma pessoa normal, mesmo com minhas limitações, eu busco exercer meu trabalho com dedicação”, completa o cobrador.

O servidor conta que até consegue andar sem o apoio das muletas. Mas se precisar parar no meio do caminho, precisa de apoio, pois fica sem equilíbrio. Por conta das muletas, no Terminal do Centro (Ticen) ou no Terminal da Trindade (Titri), os colegas só o chamam de “Muletinha”. Alguns nem imaginam que o pioneiro dos cobradores deficientes se chama Alexssandro Natividade.

A jornada de cobrador começa cedo. Às 5h30 chega no terminal e trabalha até às 12h50, em algumas linhas do Terminal da Trindade (Titri). Provando seus esforços, não precisa de auxílio para subir no ônibus. Posiciona suas muletas no painel, junto ao parabrisa, e, com as mãos, faz força para segurar as barras laterais e subir os degraus. Depois é só até chegar em sua poltrona.

Desde que entrou na empresa, se associou ao Sindicato de dos Trabalhadores no Transporte Urbano de Passageiros (Sintraturb) e fala que não tem reclamações sobre o órgão, pois todos os direitos que o cobrador e motorista possuem, são frutos do Sindicato e diz que “se não fosse o Sindicato, não teria cobrador pra contar essa história”. História de Alexssandro, inclusive.

Além disso, o Sindicato providenciou um ônibus adaptado para a linha que Alexssandro trabalha, como o validador do cartão de passagem do usuário, que é colocado do lado do cobrador para facilitar o manuseio. Porém, nem tudo está adaptado. O controle remoto utilizado para operar a plataforma do elevador para os usuários

deficientes físicos não fica próximo ao cobrador, e é necessário levantar-se para controlar e ajudar o passageiro. Mas Alexssandro também dá um jeito, diz que puxa o controle para perto dele por ser o responsável pelo trabalho. Se o ônibus não for adaptado conforme suas limitações, ele reclama para os fiscais.

Depois da jornada de 7 horas de trabalho, ele deixa o ofício de cobrador e, até as 19h, trabalha com serviço de digitação na delegacia de turismo, emprego que conseguiu com ajuda da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (Aflodef).

Alexssandro não pensa em largar o trabalho de cobrador. “Estou aqui há 20 anos e pretendo continuar mais cinco, completando meus anos de contribuição. Se a empresa quiser que eu permaneça, vou continuar”. Caso contrário, Alexssandro não vê problemas em seguir a vida e afirma: “vou embora tranquilo”. (BC e MM) ☺

Novo projeto inclui comunidades sem transporte público

A inclusão de deficientes no transporte coletivo de Florianópolis se deu primeiramente pensando nos usuários. Em 1993, o então prefeito Sérgio Grando aprovou a lei que garante aos deficientes físicos a gratuidade da passagem de ônibus da cidade. Já em 2011 foi criado o “Cartão Deficiente” possibilitando que, além dos portadores de deficiência físicas, os portadores de deficiências visuais, auditivos e mentais e seus responsáveis e acompanhantes, quando necessários, também tenham a passagem gratuita.

Para muitos usuários do transporte que possuem deficiência, os desafios relacionados ao transporte coletivo são muito presente. Um desses casos é Vinicius Schmidt, ao 28 anos é aluno do curso de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, por conta de uma doença congênita, utiliza a cadeira de rodas para se locomover. Conta que já passou por diferentes situações, como ir no ônibus sem cinto quando um cobrador afirmou que “não tem problema”, ensinar o cobrador a usar o elevador para poder entrar no ônibus ou até entrar com um martelo na mão, pois o “elevador trava de vez em quando, então tem que dar umas batidas”. Vinicius diz que várias vezes, mesmo o ônibus sendo adaptado, não conseguiu entrar porque a calçada não era acessível. Em situações como essa, a opção era encontrar outro ambiente para se adaptar.

Em 2017, foram adquiridos 100 veículos novos e adaptados, sendo assim, 90% da frota de ônibus do município já atende a demanda de acessibilidade para o transporte das pessoas deficientes. É o que contam Eduardo Sardá da Silva e Renato César de Oliveira, respectivamente Secretário Adjunto e Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana da prefeitura de Florianópolis. A licitação entre o consórcio Fênix e o Município prevê que a cidade deve atingir 100% da frota adaptada até 2020.

Apesar das melhorias, as vagas adaptadas para deficientes ainda são limitadas. Se, por exemplo, um cadeirante e um cego acompanhado do cão guia precisassem pegar o mesmo ônibus, isso não seria possível pois os veículos possuem apenas um espaço reservado para esse tipo de necessidade. Sendo assim um dos dois ficaria para trás e precisaria esperar o próximo horário.

Pensando nisso a prefeitura criou o projeto Porta a Porta, que promove a disponibilização de veículos adaptados para buscar cadeirantes em comunidades carentes do município onde o transporte público não passa. Os veículos deverão servir para levar esses deficientes para consultas médicas, aulas e entrevistas de emprego.

O Porta a Porta, juntamente com o Espaço Inclusivo e Rotas Acessíveis, são projetos que fazem parte do programa Floripa Inclusiva, que promove ações de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Lançado em maio deste ano, ainda não está funcionando. De acordo com o Secretário Adjunto, o projeto só deve entrar em prática janeiro de 2018. Até lá, os usuários deficientes que necessitam do automóvel adaptado ficam dependentes das limitações do transporte coletivo da cidade. (BC e MM) ☺

Trânsito de Florianópolis pode ter soluções

Especialista em mobilidade urbana expõe alternativas viáveis para problema histórico

João Bosco Cyrino/Zero

Todo verão, o debate sobre a melhora da qualidade das vias e mais opções à motoristas de carros particulares é intensificado na Grande Florianópolis. Porém, de acordo com peritos e dados analisados pelo Zero, a solução para os históricos engarrafamentos na região é pensar políticas de mobilidade que favoreçam o transporte coletivo de forma a limitar e desincentivar o uso de veículos particulares.

O caso mais emblemático para compreender o problema e discutir as soluções é a travessia ilha-continente. O trecho historicamente possui os maiores engarrafamentos da região. As dificuldades enfrentadas giram em torno oferta de emprego versus moradia e a qualidade e eficácia dos serviços de transporte coletivo na região. O perito em mobilidade urbana da UFSC, Werner Kraus, afirma que “hoje 60% dos empregos estão na ilha e 60% das moradias no continente. Isto cria um fluxo pendular em direção à ilha no período da manhã, e ao continente no período da tarde.”

Este problema é corroborado também pelo relatório PLAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis) que afirma que uma de suas propostas é “oferecer sustentabilidade ao crescimento urbano da Grande Florianópolis, por meio da reversão do processo de expansão urbana tradicional, que concentra o foco do desenvolvimento comercial na ilha e o residencial no continente”. Ou seja, a forma racional de resolver os problemas de São José, Biguaçu ou Palhoça, é não mais enxergá-las como cidades com trânsitos independentes, mas como uma grande malha viária interligada entre si e com as outras seis cidades.



Perito em mobilidade urbana Werner Kraus aponta para os pontos de gargalo no trânsito da Grande Florianópolis

Nem tudo funciona

De primeira, a população dessa região levanta ideias como monotrilhos, trens de superfície e barcos. Mas, de acordo com Werner Kraus, elas sozinhas não resolvem o problema. “Trem ou metrô são todos muito caros, inviáveis para a nossa realidade”, afirma Kraus, que complementa em tom irônico que, “infelizmente o [transporte] aquaviário só consegue chegar até a borda d’água”. Isto ocorre devido ao alto custo de implantação dessas propostas.

Dados levantados pela Suderf (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis) analisaram a possibilidade da implantação de sistemas híbridos de transporte público. Enquanto a implantação de 87

km de faixas de BRT é orçada em R\$ 1,4 bilhão. No caso de um percurso de 51 km de BRT e 36 km de trem, a estimativa de implantação sobe para R\$ 3,3 bilhões. E na proposta de 52 km BRT e 36 km de monotrilho o valor já é orçado em R\$ 5,1 bilhões. Já os transporte aquaviário é mais complexo.

A implantação de rotas fluviais partindo de Palhoça e Biguaçu rumo à Florianópolis, é mais em conta, mas possui outros problemas. A estimativa total para a implantação de oito barcos com capacidade para 120 passageiros cada é, inicialmente, de R\$ 70 milhões. Porém, as estimativas é que os barcos seriam capazes de transportar em média 13.800 pessoas por dia, número pequeno para atender grande parte da população. Para se ter uma referência, enquanto os barcos realiza-

Arte: João Bosco Cyrino/Zero | Fonte: Suderf



riam cerca 165.000 viagens por ano, os ônibus faziam 70.000.000.

Werner Kraus acredita que qualquer um das soluções acima citadas são, no melhor dos casos, complementos a real solução para a região. Afirma que “temos que fazer como o mundo todo faz, por ônibus. Qualificar este ônibus com veículos modernos, de qualidade em pistas exclusivas. Provendo velocidade no transporte coletivo e incentivando a migração dos que hoje usam carros e motos.” Diz que, na realidade da Grande Florianópolis, além de um sistema BRT de qualidade, é possível implantar o sistema aquaviário, “mas com recursos privados. [Pois] nunca será uma solução estruturadora”.

Com sorte, sete

Para resolver o problema de mobilidade urbana, o Plamus propôs sete propostas a serem seguidas pelo governo do Estado e prefeituras compõem a região da Grande Florianópolis. Não mais pensando em nos problemas de cada município de forma individual, tratando a região como um grande polo interligado que, segundo o IBGE já conta com uma população de 900 mil pessoas distribuídas ao longo de 13 cidades.

Além da já citada, reestruturação da oferta de emprego x moradia, a segunda principal proposta é a implantação de um sistema BRT troncal para o transporte coletivo. Nele os ônibus possuem faixas exclusivas ou preferenciais e circulam em alta velocidade na principais vias. Estas principais por sua vez são interligadas por vias menores paralelas. Nas vias principais os ônibus circularão preferencialmente nas faixas à esquerda, para não atrapalhar ou reduzir a velocidade dos veículos que tentassem fazer a conversão à direita.

A terceira é a priorização de meios não motorizados. Isto seria feito através da implantação de zonas com limite máximo de velocidade de 30 km/h e a criação de “Ruas Completas”, que são pensadas de forma a incluir todos os usuário — pedestres e todos os tipos de veículos. A partir disso dessas limitações espera-se criar um ambiente harmônico e convidativo ao uso de outras opções, como a caminhada e o uso de bicicletas, em regiões de baixa densidade.

A quarta proposta feita pelo Plamus é a gestão demanda de forma a criar políticas públicas que incentivem o uso do transporte coletivo. Nem que seja necessária a revisão da facilidade do transporte de carros e estacionamento nas regiões centrais. Ou seja, ações que visem limitar o uso do transporte individual a somente os casos estritamente necessários.

A reestruturação do transporte de cargas é a quinta proposta. Consiste na implantação de vias e uma estrutura logística para otimizar o transporte de cargas na Grande Florianópolis.

A sexta é a gestão do tráfego. Esta consiste na manutenção das vias, com obras de baixo custo como colocação de semáforos e placas de trânsito. Tudo isto acompanhado da estruturação de órgãos para realizar um gerenciamento inteligente do trânsito na região.

E a última proposta feita pelo Plamus é a expansão da capacidade viária da Grande Florianópolis. Ou seja, a construção, ampliação e manutenção da capacidade viária através de ações como conclusão do Anel Rodoviário de 50 km na região continental.

Destronada dos carros

A redução dos congestionamentos e melhoria da mobilidade urbana vem ao custo da reeducação da forma de se deslocar da população. Os número de veículos só em Florianópolis pulou de 159.423 para 342.650 nos últimos 15 anos, um aumento de 114%. Este dado justifica a resistência de parcelas da sociedade às propostas que limitam a circulação e estacionamento de veículos em determinadas vias.

Werner Kraus afirma que essas políticas não

Planejamento das vias não acompanhou crescimento

Florianópolis foi fundada, ainda com o nome de Desterro, em 1726. Era na época um ponto estratégico para realizar comércio pela sua localização na rota dos barcos que navegavam com destino à argentina. Desde então, o pequeno vilarejo de economia predominantemente rural e extrativista cresceu exponencialmente. Hoje, são mais de 400 mil pessoas, que dividem espaço com mais de 200 mil carros, tornando a ilha de Santa Catarina uma das cidades com maior proporção de carros por habitante do país.

Com a chegada da década de vinte, o processo de urbanização recebeu intervenção de projetos de autoria do então governador Hercílio Luz. Quando as obras de construção da primeira ponte a conectar a ilha e o continente foram finalizadas, em 1926, Florianópolis possuía pouco mais de 40 mil habitantes. A construção do que seria uma das maiores pontes pênseis do mundo na época, foi parte de uma série de melhorias realizadas na ilha, que corria o risco de perder a sede administrativa do governo do estado por conta de seu isolamento e falta de infraestrutura. Além dos investimentos realizados para conectar a ilha ao continente, ocorreu também a implantação das primeiras redes de distribuição de água, a construção de um sistema de esgotos sanitários e a instalação da primeira rede elétrica.

Até a década de cinquenta, a população aumentava de maneira ordenada, com pouco mais de 50 mil pessoas vivendo na ilha no momento do senso. Porém, nos próximos dez anos o aumento populacional foi tão intenso

que quase uma nova Florianópolis havia surgido. Eram agora 98 mil os habitantes da cidade, que já somava as áreas da ilha e do continente. Nas próximas três décadas, o crescimento intenso seria constante, trazendo eventualmente um esgotamento à simplória – para não dizer precária infraestrutura da cidade.

A geografia de Florianópolis, por ser uma ilha, impõe até hoje muitas limitações para a realização de melhorias. As vias que hoje conectam o centro da cidade e os bairros afastados são resquícios da época em que o transporte de pessoas e cargas acontecia pela tração animal, e logo se mostraram insuficientes para comportar o crescimento.

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IpuF), fundado em 1977, é o órgão cuja competência é definir o modo como o crescimento da cidade deve ocorrer. Porém, para o professor Werner Kraus, pesquisador de mobilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o modo como as instituições públicas responsáveis pelas mudanças urbanas atuaram em sua história não necessariamente condiz com as necessidades dos moradores e de quem passa pela Ilha.

“Existe uma falta de participação social nas decisões de mobilidade, tanto no nível de planejamento, como no nível de operação. Tudo é muito oculto, muito escondido, e a comunidade nunca é convidada a participar. Essa falta de participação social faz com que as soluções que se obtém são soluções que privilegiam interesses que são diferentes dos interesses dos usuários em si”, aponta o professor.

pretendem “reeducar” a população. “Trata-se de apresentar soluções de qualidade e restringir a circulação e os estacionamentos para o automóvel. São medidas de política pública que não deveriam ser entendida como “educativas”. Afirma que nenhuma restrição deve vir sem contrapartidas e opções de qualidade para o transporte público. Só que ao analisar as opções para o futuro do transporte na Grande Florianópolis é enfático ao dizer que “esse reino do automóvel em meio urbano chegou ao fim.”

Por fim, o pesquisador da UFSC ressalta que o principal fator para a melhoria do transporte na região recai principalmente no engajamento popular. “Quando que essa realidade muda? Assim que o poder público assumir seu papel, com transparência. Ensejando uma efetiva participação social que empoderar a população, para esta cobrar políticas públicas efetivas para a priorização do transporte público. Não tem saída. Olhem pelo mundo a fora, é assim que funciona. Quem quiser continuar no automóvel, tudo bem. Fica lá escutando música e preso no engarrafamento”.

Transporte do povo, voz do povo

A maior dificuldade dos especialistas em mobilidade urbana é contar com expressivo apoio popular para a elaboração destes projetos. Sem as comunidades par a opinar sobre as especificidades de cada área, as propostas podem vir a ser estereis e impessoais. Sendo necessário apoio popular não só para opinar, mas também cobrar do poder público e das empresas que prestam serviços a melhoria do transporte coletivo. Como o próprio Werner lembra “Cada centavo desta passagem e de melhorias do transporte público como o GPS em ônibus sai diretamente do bolso do consumidor.” E cabe a população ficar alerta e fazer sua voz ser ouvida.

Pressão popular definirá o futuro da ponte Hercílio Luz. Nas redes sociais há pressão para que, após a conclusão das obras, a ponte seja aberta para a população caminhar, andar de bicicleta e, até mesmo a circulação ônibus. Pressão popular incluiu a implantação de ciclovias no projeto de ampliação do anel viário da Avenida Deputado Antônio Edu Vieira. O fato é, mais do que só sofrer pelos históricos problemas de trânsito na região, a população necessita fazer sua voz ser ouvida pois, baseado nos exemplos citados, a opinião deles conta.

Uma das propostas que está aberta atualmente para debate com a sociedade é o implantação Rede Integrada de Transporte Coletivo Urbano. Este sistema visa reorganizar as linhas de ônibus que interligam a Grande Florianópolis à ilha. O projeto desenvolvido pelo Observatório de Mobilidade Urbana UFSC com a Suderf está em fase debate com a comunidade. São realizados debates públicos e modificação das propostas de acordo com o retorno dado pela população. Quem quiser, pode acessar o mapa como a proposta através do QR Code. ☺

João Bosco Cyrino

contato@jbcyrino.com

Oriana Hoeschl

orianahoeschl@gmail.com

Quem quiser, pode acessar o mapa como a proposta através do QR Code ao lado e enviar sua opinião para o e-mail onibusmetropolitano@gmail.com.



Games independentes são promessas no Brasil

Desenvolvedoras nacionais crescem no mercado que movimentou R\$ 1,5 bi no ano passado

Foto: Behold Studio/Divulgação

Não é novidade que o mercado de games no Brasil está crescendo. De acordo com a Super Data Research, no país mais de 1,5 bilhão de reais foi movimentado no ano passado com 3,4 milhões de gamers online. Com esse crescimento, é natural que os desenvolvedores nacionais consigam crescer junto. Neste ano, na Brasil Game Show, foi possível ter uma ideia de como os jogos indies brasileiros, como o *Keen*, *Distortions* e *Black Íris*, são grandes promessas para conquistar sucesso internacionalmente.

Indie significa independente

Esses jogos são independentes. Isso significa que são desenvolvidos por pequenas empresas sem a presença de grandes investimentos e influência dos gigantes do mercado, como a EA Games e a Ubisoft. O termo começou a ser mais utilizado depois de 2009, junto com a popularização do gênero por causa de jogos como *Minecraft* e *Undertale*. Essa popularização veio com o surgimento de plataformas de distribuição online, acessíveis a pequenos desenvolvedores, como a Steam. O serviço “*Steam Greenlight*”, por exemplo, fornece até suporte à desenvolvedoras independentes, onde pequenos games são divulgados e aceitos pela comunidade que usa o serviço; nesta plataforma foram lançados 16454 jogos. “Durante o tempo, nós decidimos sair do nosso pequeno grupo da empresa que decidia prever quais jogos iriam agradar os fãs e colocamos a comunidade para escolher” descreve Alden Kroll, funcionário da Valve, criadora da Steam.

Promessas nacionais

Dentro da Steam tivemos bons sucessos nacionais de público e crítica como *Chroma Squad*, da Behold Studios, de 2015, e *Dungeonland*, da Critical Studios. O primeiro, inclusive, foi lançado para Playstation 4 e Xbox One. Fizeram sucesso por serem inovadores em suas ideias, sem precisar de uma enorme verba para gráficos de última geração. *Chroma Squad*, por exemplo, é sobre dirigir seu próprio show dos Power Rangers, contratando atores, comprando figurinos e derrotando monstros em um combate de estratégia por turnos. O jogo tem a temática inspirada na nostalgia dos antigos Super Sentai — super heróis coloridos que deram origem aos Power Rangers no Japão. O estúdio também decidiu pela arte pixelizada e trilha sonora retrô. Isso é comum nos jogos indies pois, além de ser mais barato do que um design 3D, consegue se distanciar da estética comum nos jogos modernos.

Hoje, a Cat Nigiri com seus jogos diferentes da tendência de mercado junto com estética retrô;



A desenvolvedora Behold Studios exibiu o game *Chroma Squad*, baseado em *Power Rangers*, no festival BGS 2017

a Hexa Game Studios com projetos ambiciosos e a Among Giants com foco na parte artística, são grandes promessas do mercado internacional.

Cat Nigiri

A Cat Nigiri é uma pequena empresa catarinense com apenas quatro funcionários. Nando Guimarães, sócio do estúdio, descreveu sua situação “Acho que o mercado dos estúdios está engatinhando da mesma maneira que estamos engatinhando... Como acontece em outros lugares do mundo. É só uma fase de crescimento”. Para suprir com todas as necessidades que precisam no desenvolvimento dos jogos, a empresa contrata freelancers para certos serviços, como arte e programação.

A empresa teve uma barraca na BGS para divulgar seus jogos. Neste ano trouxeram *Keen* e *Necrosphere*. *Keen* é descrito pelo estúdio como um “sliding puzzle game”, ou seja: um jogo de quebra cabeça de deslizar pelo mapa como uma ninja, combatendo monstros. Já *Necrosphere* é um mini metroidvania, o gênero vem do antigo jogo *Metroid*, de 1986, em que o jogador atravessa uma fase ultrapassando obstáculos como monstros, fogo e armadilhas. *Necrosphere* procura ainda dificultar mais o jogador com apenas dois botões para movimentação. Neste ano, o estúdio ficou na área indie do evento, que fica isolado dos maiores desenvolvedores. Mas, conseguiram que a Playstation disponibilizasse *Necrosphere* em sua estande para que os fãs conseguissem testar. “A BGS sempre tem uma surpresa, sempre nos colocam em um lugar-

zinho escondido”, reclama Nando.

A empresa ainda tem três outros jogos programados que Nando explica “Ainda não podemos falar porque é segredo, mas um é sobre carros, um simulador de encontros românticos e outro multijogador”. Vindo do Greenlight, *Necrosphere* já está disponível por R\$ 9,99 desde primeiro de setembro na Steam com 96% de análises positivas pelos jogadores. *Keen* ainda não tem data de lançamento.

Hexa Game Studios

Também escondida na área indie estava a barraca da Hexa Game Studios. A jovem empresa criada em 2016 já tem uma ideia diferente para seus jogos. Em vez da estética retrô e 2D, o estúdio tem como filosofia criar grandes games com alta qualidade gráfica usando uma pequena verba e tempo limitado, como o *Black Íris* que é seu primeiro título. O jogo já está em desenvolvimento a uma ano e seis meses com apenas cinco pessoas com a mão na massa.

O jogo é um Role Playing Game (RPG), em que você assume a identidade da protagonista Íris enquanto luta contra inimigos em uma aventura focada em ser difícil. Mas, o game também tem elementos de aventura, ação e plataforma. O jogo traz muitas inspirações na famosa série de RPGs difíceis, *Dark Souls*, da From Software. Por isso Danilo, um dos desenvolvedores descreve: “Temos nossas semelhanças, mas também mudamos algumas coisas para não ficarmos embaixo dos grandes jogos”. O game possui um sistema de troca de espadas da

Fotos: Among Giants/Divulgação



O jogo *Distortions*, desenvolvido pela Among Giants, promete entregar ao usuário uma experiência que mistura aventura, música clássica e arte inspirada no surrealismo

personagem, em que cada arma tem uma habilidade diferente que cria diversas formas criativas para o jogador lidar com a dificuldade do jogo.

No evento, uma demonstração estava disponível. Nela, era possível enfrentar um dos “chefões” do jogo: um grande cavaleiro com um machado que aparentemente parece impossível de derrotar. Lá descreveram que até jogadores experientes na série *Dark Souls* levavam várias tentativas para destruir o inimigo; Danilo descreve que, pela dificuldade, o jogo deve demorar quase oito horas para acabar. A equipe do *Zero* não derrotou o cavaleiro. O jogo está previsto para lançar uma demonstração pública gratuita pelo Steam Greenlight em janeiro de 2018 e o lançamento completo para Playstation 4 e Steam em março.

Among Giants - entre gigantes

A Among Giants tinha uma barraca logo ao lado da Gexa Game Studios no evento. Lá estava a nova demonstração de seu jogo *Distortions*. O game tenta incorporar diversos aspectos do cinema junto com antigos clássicos dos videogames. Thiago, um dos desenvolvedores, descreve: “A gente pega inspiração de *Shadow of the Colossus*, *Silent Hills 2* e *Ocarina of Time*. Faz uma torta de tudo isso e você tem uma torta de *Distortions*”. A história é sobre uma menina acorda em um estranho lugar, sem suas memórias, onde o tempo parece estar parado. Enquanto recupera sua identidade, ela enfrenta monstros utilizando os poderes musicais de seu violino. O game além de combate, foca na exploração de um mundo 3D. A música funciona como um elemento para progressão. Por exemplo: você cria uma música para mover pedra, alterar a corrente do mar ou controlar monstros. Para o fim do jogo, ainda é possível improvisar nas músicas, usando sua voz para tocar o que quiser. A ideia do jogo veio da especialidade de cada um. Thiago informa que a equipe tem diversas formações, alguns são de cinema, design, outros de literatura e música. Eles quiseram trazer essas formações para o game, contribuindo da forma que eles se sentem mais confortáveis.

Em sua apresentação, com direito a música ao vivo, a equipe da Among Giants se assustou com a recepção do público. Thiago comenta: “A gente faz isso com muito carinho... Sem métricas de mercado. Ver que estamos ganhando prêmios e as pessoas estão amando é ótimo”. Entre outros prêmios, *Distortions* foi um dos finalistas do Indie Prize por melhor narrativa e melhor jogo da BGS10 pela Gamespot.

Para quem quer começar

Para o jovem que está saindo do ensino médio e quer trabalhar com isso, Nando dá a dica: “Primeira coisa: faça dez jogos e lance dez jogos. Não adianta fazer o game dos sonhos que vai demorar dez anos”. Ele descreve o estúdio como uma banda de rock ache dois, três amigos, um artista e trabalhe. Mesmo com a certeza de que esses dez jogos vão falhar: “talvez o décimo primeiro dê certo”. É um mercado competitivo, mas está recebendo reconhecimento. O projeto “Programa Brasil de Todas as Telas” lançou um edital, no dia oito de maio, que disponibiliza R\$ 10 milhões em recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) para 22 projetos de games. As inscrições já estão fechadas, mas isso indica que pelo menos o desenvolvimento de jogos eletrônicos nacionais está recebendo algum reconhecimento como produção cultural. Para participar era apenas necessário serem empresas produtoras audiovisuais e desenvolvedoras de jogos eletrônicos registradas e classificadas na ANCINE como agente econômico brasileiro independente. ☺

Tadeu Mattos

tadeuantonimatos@gmail.com



David Crane, em 1982, deixou a empresa Atari para fundar uma das gigantes na indústria de games hoje, a Activision

Na BGS deste ano, entrevistamos David Crane, desenvolvedor a mais de 35 anos. É co-fundador da Activision e um dos nomes da história dos videogames por criar o clássico *Pitfall*, em 1982. O jogo revolucionou os gêneros de plataforma e aventura, sendo o segundo mais vendido do Atari 2600, com quatro milhões de cópias — logo atrás de *Pacman*.

Zero: Quem é David Crane além de *Pitfall*?

David Crane: Eu sou bem conhecido por fazer jogos que não são violentos. É apenas um desejo meu que jogos podem ser divertidos sem precisar matar alguém. Isso provavelmente descreve melhor minha carreira do que qualquer outra coisa: Um jogo não precisa ser violento para ser divertido.

Z: Você já brincou por quase 30 anos sobre ser o *Pitfall Guy*. Muitas pessoas tem a dúvida de que tipos de jogos você realmente gosta. O que gosta de sentir quando joga um videogame?

DC: Então, gosto de jogos divertidos. Não quero um game que demora 30 horas para ter a experiência. Para outros ok, mas não para mim. Eu gosto de coisas simples, fácil de aprender e difícil de dominar que você possa estudar e se tornar melhor, aumentando sua habilidade e diversão. Portanto, quando olho um jogo eu olho o que torna ele divertido... Vejo de uma forma diferente do que você enxerga como jogador; vejo como um criador e vejo o interior mais do que exterior.

Z: Você está na indústria a mais de 35 anos, existe algum projeto ou jogo que quis fazer mas não pode.

DC: Bem, sempre existe o problema de que você tem um tempo limitado para fazer um jogo e todas as vezes que fiz um trabalho, eu poderia ter continuado e feito maior. Posso botar mais personagens, mais níveis, mapas, mas é muito importante tem uma empresa. Você tem que ser capaz de fazer

um jogo que vende e não pode trabalhar na mesma coisa por 30 anos. Então, o mais difícil é descobrir como fazer o jogo que é tudo que você queria, mas tem um fim.. acabou, terminou. Eu achei o ponto em que o projeto é bom e pode render lucro.

Z: Você disse aqui na BGS sobre Unity e outras plataformas de criação de jogos. O que você acha que é o futuro dos games independentes?

DC: Bem, jogos independentes são uma parte importante do mercado. A vantagem desse tipo de criação é que você pode experimentar e inventar coisas novas. Quando você olha grandes jogos como *Call of Duty*, eles custam centenas de milhões de dólares e centenas de pessoas. É muito difícil conseguir investimento para isso e quem faz o investimento não quer correr riscos. Eles dizem: “Ok, eu tenho que ter certeza de que esse jogo vai fazer lucro, porque é *Call of Duty 4* ou *5* ou qualquer número... Eles não conseguem experimentar com ideias novas. Então, é o jogo indie que tenta coisas novas, que conseguem games sobre flores e árvores, sabe? O céu é o limite; o que você imagina é possível, portanto por esse movimento vemos projetos que jamais veríamos pelas grandes empresas.

“O CÉU É O LIMITE; O QUE VOCÊ IMAGINA É POSSÍVEL. VEMOS PROJETOS QUE JAMAIS VERÍAMOS PELAS GRANDES EMPRESAS.”

David Crane, fundador da Activision

Z: Então, neste assunto, o público para esse tipo de produto é um pequeno nicho?

DC: Com certeza, você pode também pensar que um desenvolvedor indie é uma pessoa que pode fazer um jogo que ninguém gosta... Só ele. Ele não tem obrigação alguma de fazer algo para outras pessoas. Quando eu criava jogos nos anos 80, eu criava coisas que eu gostava e... Ainda bem... Milhões de outras pessoas também gostaram. ☺

Tadeu Mattos

tadeuantonimatos@gmail.com

João Bosco Cyrino

contato@jbcyrino.com

Projeto Amanhecer completa 21 anos no HU

O projeto oferece, gratuitamente, 29 Terapias Integrativas e desde 2004 é aberto para a comunidade universitária

Dores ocultas, perdas não superadas. Ansiedade, nervosismo, estresse e tristezas até então guardadas no coração. Foi envolvimento e tantos outros sofrimentos que nasceu o Projeto Amanhecer na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Completando 21 anos em 2017, o projeto oferece, de forma gratuita, 29 Terapias Integrativas e Complementares para toda a comunidade. A maioria dos atendimentos são bimestrais e as inscrições são feitas na sede do projeto localizada no Núcleo de Capacitação Técnica do Hospital Universitário (HU).

Criado pela professora Dra. Enfermeira Beatriz Beduschi Capella, o projeto, até então denominado “Cuidando de Quem Cuida”, tinha como objetivo inicial atender apenas os profissionais de enfermagem do HU. A atual coordenadora do projeto, Marilda Nair de Santos Nascimento, relata que “essas práticas começaram a surgir em função do estresse, cansaço dos próprios servidores manifestando esses problemas de cansaço físico e também emocional.” Com o passar dos anos a demanda foi aumentando e outras pessoas passaram a procurar pelos serviços. Por isso, desde 2004, todas as terapias são abertas ao público.

O Projeto Amanhecer é gratuito e por isso depende de voluntariado. A coordenadora Marilda é a única fun-

cionária pública do projeto. Atualmente são cerca de 110 profissionais que realizam aproximadamente sete mil atendimentos por ano. Entre eles, está Fernando Salvino, parapsicólogo clínico, que participa do projeto há sete anos. Para Salvino o projeto é importante, pois atua dentro de uma universidade pública, atendendo pessoas de diversas classes sociais, de diferentes níveis de estudo, com problemas e dificuldades variadas. Através das terapias, essas pessoas têm a oportunidade de se conhecerem e se relacionarem melhor. “É um aprendizado para todos, porque estamos se relacionando com muitas pessoas, com diversas modalidades de terapias e isso aumenta a nossa capacidade de se relacionar e de ver o mundo de várias perspectivas, na nossa própria experiência de convívio”, relata.

É o caso de Patrícia da Silva de 31 anos, que está se preparando para uma cirurgia bariátrica. Ela conheceu o projeto através do HU, onde faz acompanhamento médico há dois anos. Desde março de 2017, Patrícia participa ativamente de terapias como Apometria Quântica e Reiki. Para ela, o projeto é mais do que uma clínica terapêutica, é um ponto de encontro e de constantes trocas de experiências. Em apenas dez sessões, a dona de casa, que vem toda semana de Santo Amaro da Imperatriz, já notou resultados positivos. “A cirurgia mexe muito com o nosso emocional e o projeto vem me ajudando a controlar isso, principalmente em relação a ansiedade e o nervosismo.”

As duas terapias que Patrícia realiza em grupos não têm necessidade de inscrição prévia. A Apometria Quântica é ofertada todas as quartas-feiras à tarde, onde 60 vagas são distribuídas por ordem de chegada. Essa terapia tem como objetivo a harmonização dos níveis de consciência através da limpeza dos campos energéticos — energias geradas pelo corpo humano. O paciente deita em uma maca e recebe motivações, através da fala e do toque, durante trinta minutos. No caso do Reiki são oferecidas 36 sessões de uma hora às quartas-feiras pela manhã. Essa terapia é uma arte de cura pelas mãos que atua nas dimensões física, emocional, mental e espiritual.

Além das modalidades coletivas, o projeto oferece bimestralmente vagas para terapias individuais. Uma delas é a Terapia de Integração Cranioossacral, onde, através de toques leves e manipulações não invasivas de tecidos e fluidos corporais, atua regulando o funcionamento do sistema nervoso central e autônomo. No projeto essa terapia é realizada pela Psicóloga e Terapeuta Rosângela Kirichenko desde o início deste ano. “Quanto mais profundo a pessoa consegue esse relaxamento, mais ela vai alcançando esse equilíbrio. Quando ela chega no nível mais profundo, ela vai melhorando aspectos da saúde.” constata.

Ao longo dos anos, o Projeto Amanhecer adaptou seu modelo assistencial ao contexto acadêmico, buscando desenvolver, além da atenção à saúde, atividades de extensão e pesquisa. Porém, não há iniciativa de acadêmicos e profissionais da área. Os artigos e pesquisas divulgadas partem dos próprios terapeutas do projeto. No entanto, encontram dificuldades, já que grande parte deles, além de trabalhar voluntariamente, atuam no mercado de trabalho. “O projeto é mais de extensão e não tanto de pesquisa porque não dá tempo. A gente organizou um grupo de estudo, mas o tempo para disponibilizar para isso perante os terapeutas é a dificuldade”, afirma a coordenadora.



A Apometria Quântica é uma das terapias mais comuns

A Terapeuta Holística e Yoga Terapeuta Márcia Cristina da Silva Oliveira, que atua no projeto desde março de 2015, está realizando um estudo randomizado — pesquisa científica para testar a eficácia e/ou os efeitos de um tratamento terapêutico — comparando a comunidade da capital catarinense com a comunidade acadêmica em relação aos problemas de estresse, ansiedade, nervosismo e depressão. Com os resultados, a terapeuta pretende fazer um termômetro dos principais distúrbios presentes dentro e fora da universidade. “Aos poucos estou constatando que, apesar dessa imagem passada pela mídia de que Florianópolis é a capital da qualidade de vida, as pessoas sofrem demais de ansiedade e de estresse”.

Françoase dos Santos, 39, procurou ajuda terapêutica exatamente por esses motivos. Formada em Geografia pela UFSC, a dona de casa chegava a pagar 200 reais por uma única consulta. O valor elevado das sessões a fizeram parar com o tratamento por dois anos. Somente em 2017, Françoase entrou no projeto e atualmente participa de todas as terapias coletivas. “Terapias como a Apometria são muito interessantes, porque são as limpezas que você tem que fazer. É como você vai se relacionar com outro, como você vai evoluir.” Segundo Marilda, através dos relatos das pessoas que são atendidas pelo projeto, alegando o quanto aquilo trouxe de benefícios para a própria vida, se pode ver a importância desse trabalho nesse contexto. “Cientificamente digamos que muitas coisas ainda não estão provadas, porém faz uma diferença na vida da pessoa. E a gente espera que ele tenha mais visibilidade, mais credibilidade, ainda por parte da gestão também do próprio hospital” conclui.

Em 2017 o programa deixou de ser um Projeto de Extensão da Pró Reitoria da UFSC, tornando-se um núcleo do Hospital Universitário (HU). Por isso, atualmente além de ocupar a estrutura física do HU, conta também com colaboração de pessoal para limpeza. Apesar disso o projeto ainda enfrenta dificuldades, como a falta de investimento em materiais para a realização das terapias — atualmente obtidos apenas por doações dos próprios pacientes e terapeutas — e em relação a questões burocráticas e tecnológicas. ☺

As terapias mais comuns são de práticas históricas

Reiki

É uma arte de cura pelas mãos que atua nas dimensões física, emocional, mental e espiritual de qualquer ser vivo que a recebe. Tem como base a energia vital Ki e foi criada em 1922 pelo monge budista, Mikao Usui. São três atendimentos na parte da manhã das quartas-feiras: às 9h00; 9h50 e 11h00.

Apometria

A Apometria Quântica auxilia nos processos de harmonização dos estados/níveis de consciência através da limpeza dos campos energéticos. O paciente deita em uma maca e recebe motivações, através da fala e do toque, durante trinta minutos. São 60 vagas distribuídas por ordem de chegada nas tardes das quartas-feiras às 14h00; 14h30; 15h00; 15h45 e 16h15.

Constelação familiar

A Constelação Familiar foi desenvolvida pelo alemão Bert Hellinger, e parte do pressuposto de que todo ser humano pertence a uma família, assim como as estrelas. Na terapia a pessoa expõe a situação e/ou problema ao psicólogo e então este se centrará em informações importantes a respeito do entorno familiar. Os encontros acontecem às sextas-feiras no período vespertino, das 13h30 às 16h30. As sessões dispensam inscrição prévia, as vagas, porém, são limitadas e distribuídas por ordem de chegada.

Diana Koch

dianamk2011@gmail.com

Amanda Farias

amandamarynaraf@gmail.com